



REPRESENTAÇÕES COTIDIANAS EM MARABÁ - PA

# CASA, RUA, RIO

Vol. I

Celma Chaves

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO  
MESTRADO EM ARQUITETURA

**REPRESENTAÇÕES COTIDIANAS EM MARABÁ - PARÁ**  
**CASA, RUA, RIO**

**VOL. I**

**Celma Chaves**



Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos,  
para obtenção do título de Mestre em Arquitetura.  
Área de concentração: Tecnologia do Ambiente Construído  
Sub-área: Teoria e História da Arquitetura

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira Sampaio**

São Carlos - agosto/1995

DEDALUS - Acervo - EESC



31100017220

Class.	Tese - EEE
Cutt.	1557
	v. 1
Tombo	108/96

Arquitetura

0745046

**Chaves, Celma**

Representações cotidianas em Marabá - PA: casa, rua, rio/ Celma Chaves. - São Carlos, SP, 1995.

2v.: il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos. Departamento de Arquitetura e Construção.

1. MARABÁ(PA) - História. 2. MARABÁ(PA) - Urbanização. 3. LUGAR - Teoria. 4. MARABÁ(PA) - Iconografia. I. Representações cotidianas em Marabá - PA: casa, rua, rio.

Capa: Celma Chaves

Ilustrações da capa: Celza Chaves

Fotos: Conceição Martins

Miguel Pereira

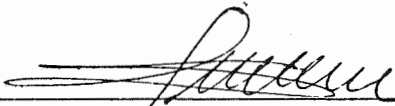
Celma Chaves

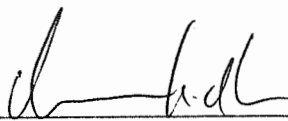
## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada em 01-9-1995  
pela Comissão Julgadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Doutor **MÁRCOS FERREIRA SAMPAIO** - Orientador  
(Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Doutora **LUCRÉCIA D'ALÉSSIO FERRARA**  
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Doutor **SPENCER DE MORAES PUPO NOGUEIRA**  
(Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. **MOUNIR KHALIL EL DEBS**  
Vice-Presidente da Comissão de Pós-Graduação  
em exercício

  
\_\_\_\_\_  
Coordenador da área - Tecnologia do Amb. Construído  
Prof. Dr. **CARLOS ALBERTO F. MARTINS**

*Ao meu pai e irmãos com amor e gratidão  
À memória de minha mãe*

# AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação de Mestrado não é fruto apenas do trabalho solitário da autora, mas das contribuições de muitos, que vieram em forma de conversas, sugestões bibliográficas, críticas etc.

Nossos agradecimentos ao Prof. Dr. Marcos Ferreira Sampaio, por sua orientação sensível e paciente; às Profas. Dras. Yara Vicentini e Cibele Rizek, co-orientadoras sempre dispostas; ao Prof. Carlos Roberto Andrade, leitor sempre atencioso; à amiga Fátima Campello, pelas conversas sempre enriquecedoras; às amigas de república Kláudia e Deise, pelo companheirismo; aos amigos Paulo Castral, Orlene, Nilza e Alan presentes em momentos importantes; à Prefeitura Municipal de Marabá e aos marabaenses, entre eles as amigas Conceição e Cida Martins sem as quais a pesquisa de campo não teria sido possível; e ao CNPq, cuja bolsa foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

# SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
INTRODUÇÃO.....	01
 <b>PARTE I</b>	
1. CONHECENDO MARABÁ	
1.1. MARABÁ NO CONTEXTO AMAZÔNICO.....	06
1.2. AS FACES DE MARABÁ: HISTÓRIAS DE MEDO, ANTROPOFAGIAS E RESISTÊNCIAS	15
2. AS NOVAS CIDADES AMAZÔNICAS.....	24
3. O PLANO DE EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ	
3.1. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....	35
3.2. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE .....	46

## **PARTE II**

1. A FORMA URBANA E O LUGAR.....	50
1.1. VELHA MARABÁ.....	56
1.2. CIDADE NOVA .....	59
1.3. NOVA MARABÁ .....	62
2. A FORMAÇÃO DE NOVOS LUGARES.....	65
2.1. A CASA.....	66
2.2. A RUA.....	72
2.3. O RIO.....	77
CONCLUSÕES.....	84
ANEXO.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	iii



## RESUMO

Neste trabalho propõe-se uma leitura no âmbito de uma cidade ribeirinha amazônica, que apresenta uma estrutura urbana peculiar, caracterizada por transformações que alteraram modos de conceber e de apropriar-se dos espaços. Estabeleceram-se três momentos ou recortes analíticos: da fundação da cidade (1898) até a década de 50; dos anos 50 até os anos 80 e daí até os dias de hoje. Foram delimitados três elementos a partir dos quais a leitura é realizada: *a casa, a rua, o rio*, considerando-se esses elementos tanto em sua representação simbólica quanto em seus conteúdos formais; e abordando-os a partir do contexto cultural no qual se inserem, o que revelou relações de complementaridade existente entre eles. A construção de uma cidade nova nos anos 70, assim como as demais medidas que a antecederam, contribuíram para a desarticulação do padrão urbano estabelecido. O projeto urbanístico não foi o único fator determinante das novas relações espaciais, os aspectos originais subsistem em uma nova realidade: uma cidade fragmentada.

## **ABSTRACT**

This study proposes a reading about a city localized along two rivers in the Amazonia. Marabá presents a peculiar urban structure, characterized by transformations that changed the traditional kind of conception and appropriation of the space. Three moments that coincide which three different design are established to the analysis: from the city foundation to the fifties; from the fifty decade to the eighty years and from this date to today. Are delimited three elements to develop the reading: the house, the street and the river. These elements are considered in symbolic representation and formal contents, configuring an approach based on the cultural context, which showed relations of complementarity between them. The construction of a new city in the seventy years and others first intervention contributed to the disarticulation of the traditional urban pattern where some original aspects of the culture survive in a new fragmentary reality.

# INTRODUÇÃO

A Região Amazônica ocupa hoje o centro das discussões em todo o planeta. A questão de seu meio-ambiente é amplamente debatida. Porém, ainda são poucos os estudos sobre as transformações na paisagem das cidades amazônicas e no modo de vida dos ribeirinhos que as habitam. }

A crescente inserção da Amazônia no mercado capitalista internacional provocou uma rápida transformação de seu espaço urbano. Em menos de trinta anos surgiram vilas, núcleos e cidades. Além disso, a expulsão de trabalhadores do campo, em função de constantes conflitos pela posse da terra, causou considerável aumento de sua população urbana.

Nesse processo de "modernização" da região, as cidades tiveram seu perfil modificado em função da introdução maciça de um aparato tecnológico visando a execução dos objetivos desse projeto modernizante, ou seja, a infraestrutura necessária para implantação e desenvolvimento dos grandes projetos econômicos, instalados na região a partir da década de 60: abertura de estradas, construção de portos, aeroportos e hidrelétricas, renovação do sistema de telecomunicações, construção de vilas e

idades. Estas então passaram a vivenciar as consequências dessas intervenções no seu cotidiano, principalmente as cidades situadas na zona de influência desses empreendimentos ou que foram escolhidas para sediá-los como é o caso de Marabá.

Em pouco mais de vinte anos ocorreram em seu espaço urbano visíveis mudanças. Estas, produziram sinais e marcas que os processos de transformação social deixaram no espaço e no tempo, contando uma história não-verbal (FERRARA, 1993) desse cotidiano.

Operando a partir de um passado recente, no qual as bases de uma cultura com características próprias - embora assimiladas historicamente de outras - ainda são presentes, o trabalho coloca uma questão fundante: a possibilidade da fusão dessa cultura com elementos externos gerando novas visibilidades, externalizando compatibilidades e incompatibilidades, buscando novos referenciais. Esse é o nó que amarra e no qual se amparam as leituras que fizemos elegendo três elementos: *a casa, a rua, o rio*.

As especificidades das cidades na região amazônica nos levaram a refletir sobre quais trilhas poderiam nos abrir caminhos para essa investigação, que "métodos" deveríamos utilizar para elaborarmos uma possível leitura. Nessa busca chegamos a dar alguns passos: aplicamos questionários, realizamos entrevistas com moradores mais antigos da cidade. São elementos que nos deram subsídios, mas a pesquisa com a linguagem não comporta um único método: o campo de possibilidades que as imagens de uma

cidade descortinam nos remetem à múltiplas abordagens, desde que, no conjunto essas possuam consistência e fundamentação.

No caso dessa pesquisa, recorrer ao repertório dos habitantes da cidade foi primordial. A compreensão do objeto exigiu o entendimento de características intrínsecas ao povo da região, de hábitos, costumes, valores, da construção de referenciais que explicassem a linguagem local. Para isso associamos conceitos, reflexões, elaboramos significados; pois o objeto não se dissocia do sujeito da pesquisa, mas "o representa numa dada, porém apenas possível e provável perspectiva" (FERRARA, 1993, p. 264).

*→ escrito*  
 (Por outro lado, para compreender o objeto) faz-se necessária uma explicação que saia dos seus limites, pois o sentido da pesquisa não se reduz ao entendimento do "mesmo", mas das ligações que estabelecemos internamente entre as coisas, e entre essas e o mundo exterior. A pesquisa nos levou à construção de elos entre a realidade inteligível e a sensível, a visível e a invisível, o "cristal e a chama"<sup>1</sup>, saindo do terreno da mera descrição para penetrar nos meandros do objeto enquanto representação material e simbólica dessa realidade. A abordagem conceitual do trabalho caminha entre dois pólos: o real e o imaginário, a abstração e a concretude. As características visíveis dos

→ *conu.*

<sup>1</sup> De acordo com a metáfora utilizada citada por GOMES(1994), a partir de CALVINO(1992) o cristal seria a definição geométrica, a solidez, a transparência revelando uma forma: exatidão; a chama conota vivência, que é efêmera, pulsão forjando uma forma, fluidez; a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas.

objetos urbanos mascaram muitas vezes impressões que apenas os olhos do corpo não apreendem, faz-se necessário o uso das sutilezas do sentido.

Admitimos a hipótese de que a construção de uma cidade planejada, foi uma das razões para as transformações se processarem de maneira mais rápida, produzindo novos modos de se locomover, de morar, de viver. Partindo daí buscamos contextualizar o plano em seu quadro teórico, tentando verificar a quais movimentos ou teorias sobre a cidade ele se remeteria. Essa reflexão sobre o plano justifica-se na medida em que ele "quebrou" referenciais, desarticulou um traçado tradicional de cidade.

A leitura feita a partir dos três elementos já citados (casa, rua, rio), se revelou no decorrer do trabalho uma tarefa extremamente interessante, à medida em que percebemos que seria impossível fazê-la sem um exercício dialético de "idas e voltas". Por momentos tivemos que isolá-los para melhor apreendê-los, mas ainda assim tornou-se inconcebível falarmos de um sem citarmos outro, e eis que nos deparamos com a sintaxe de FOUCAULT (1990), que, segundo o autor não é só aquela que constrói frases, mas a que se constrói através de palavras e imagens, e que uma (a palavra) é redutível ao outro (o visível) e vice-versa.

O primeiro elemento, a casa, se insere nessa leitura não apenas como um objeto arquitetônico, mas enquanto elemento composto de outros elementos que articulam as visibilidades, as limitações do olhar, do transpôr, do permanecer: portas, janelas,

calçadas, quintais. É sob essa ótica que ela assume seu significado. Nesse quadro, a *rua* também adquire outras conotações. Ela é mais que a via de escoamento de tráfego, do caminho das pessoas, ou de permanência. É mesmo parte integrante da casa, no contexto estudado.

E essencialmente ligado às cidades, temos o *rio*, que ora é rua dos ribeirinhos em suas longas viagens, ora caminhos de fé, de trabalho, de festas. Da interligação desses três elementos tentaremos aproximações que nos desvendem nas imagens a representação de seu cotidiano, somando-se a isso as falas de alguns moradores da cidade, com seu saudosismo, memória e lucidez.

Essa tentativa está muito aquém daquilo que só a "cidade em si" pode nos revelar. E essa talvez seja uma busca vã. Buscar o que a cidade pode nos mostrar através de imagens (instantâneos, momentos, gestos) e não apenas descrevê-la talvez seja a maneira de nos aproximarmos de sua face verdadeira. Essa face que se oculta nas horas e nos dias - ou somos nós que nos ocultamos para não sermos descobertos em nossas mazelas? Assim o desvelamento de uma cidade só tem sentido naquilo que CALVINO (1990) brilhantemente nos colocou: "De uma cidade não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas" - e se pelo menos uma delas for respondida.

## PARTE I

*"À margem do rio anotam-se palavras: casa, canoa, castanheiras.  
Na página em ondas sucessivas, versos fluem.  
Lavradores sangram no latifúndio calvário  
Cada remada empurra o canoeiro por entre a lua e as constelações..."*

**J. DE J. PAES LOUREIRO**

*"As cidades fundadas e construídas por imposição, não  
tiveram desenvolvimento, não são cidades."*

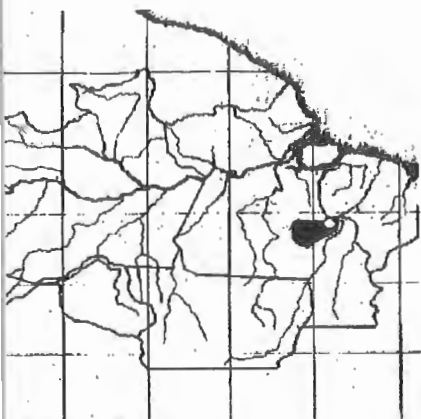
**G. C. ARGAN**



# 1. CONHECENDO MARABÁ

## 1.1. A CIDADE NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Marabá se localiza a 420km da capital Belém, no sudeste do Pará, no pontal de terras entre os rios Tocantins e Itacaiúnas e se tornou oficialmente município em 1913. Sua população é de 102.364 habitantes (segundo o censo de 1991), número contestado pelas autoridades locais por não estar incluída a população das localidades vizinhas que fazem parte do município de Marabá. Sua área total é de 14.320km<sup>2</sup>. A sede do município é composta de 03 núcleos urbanos: Velha Marabá, Cidade Nova, Nova Marabá.



Mapa da cidade de Marabá  
M. Urinho (1991)

Em 1895, fugindo de lutas políticas em Boa Vista do Tocantins (Goiás), o cidadão Carlos Leitão recebeu incumbência e auxílio financeiro para fundar uma colônia agrícola cerca de uma légua abaixo da foz do rio Itacaiúnas, denominado Burgo do Itacayuna. Numa de suas incursões, Leitão e seu grupo descobriram casualmente o caucho<sup>1</sup>, segundo consta em MENDONÇA, (1927); EMMI, (1987), e BARROS (1984).

<sup>1</sup> Árvore cujo látex dá uma borracha de qualidade inferior e necessita de seu abate para a extração.



**Cidade de Marabá: visão dos três núcleos urbanos**

Fonte: Tourinho(1991) in OASPUC(1988)

A riqueza gerada com a extração do caucho atraiu homens dos mais variados recantos, principalmente do sertão de Goiás e do Maranhão. Entre eles, o comerciante Francisco Coelho de Grajaú (MA), que já antevendo um futuro promissor para seus negócios se dirigiu para o Burgo em 1897. No ano seguinte se estabeleceu na outra margem do Itacaiúnas - na junção deste com o rio Tocantins - onde instalou uma casa de comércio, dando-lhe o nome de um poema de Gonçalves Dias, poeta que admirava: *Marabá*, palavra de origem tupi-guarani - *mair-aba*: gente do francês, filho de francês com índio<sup>2</sup>, denominava qualquer pessoa que se tornasse indesejável na tribo ou como generalizou Gonçalves Dias, toda pessoa que nascesse do cruzamento de europeu com índia (MARABÁ, 1984).

A exploração da borracha, com o passar dos anos, concentrou-se nas mãos dos comerciantes, alguns de origem sírio-libanesa ("os galegos"), que detendo os meios de produção para as atividades extrativas, contratavam os caucheiros e os pagavam mediante o sistema de aviamento<sup>3</sup>, que será também utilizado na atividade produtiva da castanha. Esse sistema subsiste até hoje em algumas atividades na Amazônia.

A descoberta do caucho, se constituiria em um ciclo de exploração das riquezas naturais ao qual sucederam os ciclos da castanha, do diamante, do cristal de rocha, da pecuária, e mais recentemente o ouro e os minérios de Carajás. Esses ciclos

---

<sup>2</sup> HOLANDA, A. B. de. Novo dicionário da língua portuguesa. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>3</sup> Esse sistema se caracterizava por uma forma de pagamento na qual o patrão aviava mercadorias (mantimentos como farinha, sal, mandioca etc) aos trabalhadores em troca da produção. Nesse processo o trabalhador sempre acabava endividado.

moldaram a paisagem humana e cultural de Marabá, que a diferenciaria dos demais municípios do Tocantins paraense.

A população flutuante e instável sempre fez parte da cidade, pois as atividades extrativas se desenvolvem em função das estações chuvosas e não-chuvosas da região.

Localizada em um sítio que, se teve o privilégio de estar no escoadouro de duas vias navegáveis (rios Tocantins e Itacaiúnas), tem a desvantagem de sofrer periodicamente as cheias, que, quando coincidem com a do rio Araguaia deixam a cidade totalmente submersa. Na última enchente com essa característica, em 1980, o nível das águas ficou 13 metros acima do normal. As grandes cheias ocorreram nos anos de 1906, 1910, 1926, 1947, 1957, 1968, 1978 e 1980 (YOSHIOKA, 1986).

A castanha-do-pará foi a mais importante riqueza da região do Tocantins a partir de 1920 e durante várias décadas. O Pará era o principal exportador do produto. Marabá era o centro da produção regional e o segundo município do Estado. Nos primeiros anos deste século, os castanhais eram considerados um bem público, onde qualquer cidadão podia, com autorização da Prefeitura, coletar os ouriços que caíam da castanheira durante o "inverno", época da safra.

A atividade extrativista em Marabá foi a principal responsável pela afluência diversificada de pessoas. A formação da paisagem cultural e humana, será portanto

delineada por tipos como o castanheiro, o barqueiro, o juquireiro (elemento que roçava o capim, a "juquirá"), o comerciante (principalmente sírio-libaneses), o derribador (elemento que realizava o broque - roçagem para dar lugar à pecuária e a agricultura), o gateiro (caçador de peles), e o tropeiro (espécie em extinção, responsável por todo o transporte da região) (BARROS, 1984; BRAGA & PONTES, 1992).

Segundo DIEGUES JÚNIOR(1960) *apud* BRAGA & PONTES(1992), Marabá sempre esteve mais próxima à área cultural por ele denominada como "mediterrâneo pastoril" do que da Amazônia extrativista ou do modo de vida indígena. As influências culturais do sertão goiano e maranhense são expressas tanto na cultura material quanto no falar marabaense. O consumo de toucinho, carne de sol, a carne de bode, rapaduras, queijos e outros produtos sertanejos, era frequentes. Alimentos tipicamente indígenas como o beijú, o açaí, eram consumidos em menor intensidade. A castanha era o ingrediente utilizado com frequência em pratos como o "jabuti ao leite da castanha" ou o "cupu ao leite da castanha".

O falar também se distingue de outros municípios paraenses, notadamente os do norte e do oeste do Estado, caracterizando-se como uma mistura de entonação e pronúncia nordestina, particularmente maranhense (BRAGA & PONTES, 1992).

"No início dos anos 50, o médio tocantins paraense experimentou em decorrência das intervenções federais, estaduais e municipais, bem como da própria dinâmica interna, uma série de transformações" (TOURINHO, 1991, p.161). Esse quadro permanece quase

inalterado até o início dos anos 60, quando a integração da Amazônia ao resto do país provoca mudanças substanciais em diversos aspectos da região, inicialmente com a Belém-Brasília e posteriormente com a Transamazônica e os grandes projetos.

A região de Marabá situa-se em uma área de extensos conflitos, que sob o ponto de vista sócio-econômico foi recém integrada ao mercado nacional de terra, mão-de-obra, capitais, bens e serviços, caracterizando-a como fronteira nacional. A partir de 1960, áreas rurais da região de Marabá foram ocupadas por grandes propriedades e lotes de camponeses. Os índios Gavião, antigos proprietários, foram expulsos de grande parte de suas terras. "O inimigo era perfeitamente visível: grileiros e jagunços andavam abertamente nas ruas da cidade" (HÉBETTE, 1992, p. 202).

Desde sua fundação, a imagem do poder domina a cena no cotidiano de Marabá. O coronel Carlos Leitão chega à cidade fugido de lutas políticas com alguns partidários. Nesse momento, citando EMMI(1987), o Brasil passa por grandes mudanças no que se refere às relações de trabalho e políticas.

A criação do Burgo do Itacayuna está diretamente relacionada com as lutas partidárias nacionais e com os conflitos locais de caráter político e religioso ocorridos entre as facções de Boa Vista do Tocantins, em 1892.

Com a descoberta do caucho, e a chegada de migrantes maranhenses, goianos e cearenses, modificam-se as relações estabelecidas entre os primitivos colonos do

Burgo, no trato da terra para produzir alimentos para consumo próprio e comercialização do pequeno excedente. A extração generalizada do caucho em função do seu valor de troca, iria introduzir modificações bem acentuadas nas relações estabelecidas, a partir daí, entre os os homens. O domínio do capital mercantil influiria até mesmo no deslocamento da povoação do antigo Burgo para uma área, que, situada entre os rios Tocantins e Itacaíunas, facilitaria o escoamento das mercadorias e as trocas a serem realizadas (EMMI, 1987).

Nesse quadro de lutas e disputas, a terra é a protagonista. E o que estava subjacente, era a "disputa entre os donos de capital por uma parcela maior de domínio do mercado" (EMMI, 1987, p. 89). É na economia da castanha que se fortalece a relação de dominação dos donos de castanhais sobre os trabalhadores. Nessa relação, os primeiros controlavam os meios de produção e de circulação da castanha. Através do aviamento os trabalhadores ficavam impedidos de pagar as dívidas contraídas e, geralmente, proprietários de pequenos castanhais eram obrigados a "doarem-nos" aos donos dos castanhais com os quais tinham dívida. Dessa forma estes se tornavam cada vez mais poderosos e ricos.

Controlando a produção da castanha, em todos os níveis, os grupos que se formavam e consolidavam seu poder econômico, começaram também a exercer e dominar a política local. Assim, se estrutura a oligarquia marabaense, constituída de famílias "tradicionais", que até pouco tempo faziam parte do governo municipal, ocupando cargos de grande poder de decisão, apoiadas pelo governo estadual.

Essas oligarquias dominam a cena política local até o fim dos anos 60. Detêm o controle total da terra, que dividem entre si, impedindo a outros o acesso aos castanhais; controlam o poder político, monopolizando alternativamente a Câmara Municipal, delegando através de eleições seus membros às assembléias estaduais e federais (EMMI, 1987, p. 114).

As mudanças políticas no Brasil dos anos 60 são o ponto de ruptura nessa história de mandos familiares na política local. Com a transformação do município em Área de Segurança Nacional, em 1971, novos personagens são levados a Marabá. O prefeito agora passa a ser nomeado pelo Presidente da República, e as famílias tradicionais perdem cada vez mais o poder de influência.

A família dos *Mutran*, até então uma das mais poderosas na cidade, ilustra o início dessa decadência, precisamente na década de 70, quando a disputa pela posse da terra adquire contornos dramáticos. Castanhais de famílias tradicionais são desapropriados pelo governo federal.

Conflitos fundiários envolvendo trabalhadores migrantes recém chegados a Marabá, donos de castanhais, e empresas do sul e sudeste do país, que se instalavam na região, resultam em várias mortes que se acentuam nos anos seguintes. Segundo documentos do MIRAD *apud* EMMI(1987), só no ano de 1985 esses conflitos causaram 45 mortes.



Nesse período, explode na região de Marabá a *Guerrilha do Araguaia*, um movimento armado, protagonizado por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O exército desloca para a área um grande contingente de soldados, dando início a um processo de "repressão generalizada à população local, (...) sendo um momento de ruptura, na região, da aliança tradicional da Igreja com o Estado, as forças armadas, o poder econômico e político local" (EMMI, 1987, p. 134).

Em 1989 a família *Mutran* volta à cena política. Um de seus membros é eleito prefeito de Marabá, porém, teve seu mandato cassado em 1992 após tentar durante quase três anos reerguer a oligarquia.

Em Marabá, as relações políticas sempre foram marcadas por conflitos, discussões e mortes. Em 1987, protestando contra o fechamento do garimpo de Serra Pelada, garimpeiros e familiares incluindo crianças e mulheres grávidas, foram mortos pela Polícia Militar do Estado. Alguns foram jogados de uma ponte de quase 50 metros de altura, no rio Tocantins, segundo jornais da época.

Marabá vive hoje um "clima" de relativa tranqüilidade. Mas os conflitos pela posse da terra ainda estão acirrados. As lutas de trabalhadores contra os grandes latifundiários na região ainda deixam um futuro incerto quanto ao alcance de uma paz duradoura.

## **1.2.AS FACES DE MARABÁ: HISTÓRIAS DE MEDOS, ANTROPOFAGIAS, RESISTÊNCIAS**

A memória não é um repositório dos fatos e acontecimentos para mumificar o passado, mas, para trazê-lo à tona em consonância com o presente e acima de tudo como nos disse BENJAMIM (1994), a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é antes o meio. Meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. É nesse processo de reavivamento da memória, de resgate desse passado, seu recontar e recriar fatos, dando-lhes uma importância não como se o presente fosse apenas resultado da aniquilação dos "bons tempos", mas o presente como uma fusão de fatos novos e velhos, a tradição e o moderno coexistindo no espaço da cidade.

Embora a cidade, alvo das "escavações" de Benjamin seja a metrópole, as lembranças trazidas à tona por ele, tornam-se referências comuns ao repertório infantil, do qual o autor, em sua montagem por reminiscências, acolhe as lembranças da criança e expressa-as a partir da visão do adulto, tornando-o um método afetivo e cognitivo, nas palavras de FERRARA (1994) e no qual ele se coloca em um caminho à parte daquele seguido pelos ditos métodos científicos: "aquelas (rotas) que para os outros são

desvios, para mim são os dados que definem a minha rota. Eu baseio os meus cálculos nos diferenciais do tempo que para os outros perturbam as 'grandes linhas' de pesquisa" (BENJAMIM citado por FERRARA, 1994).

Vida de cidade incomum<sup>4</sup>, assim foi definido o viver em Marabá, e assim poderíamos denominar esse cotidiano. Antes das "inovações" do desenvolvimento chegarem até Marabá somente fatos excepcionais mudavam a rotina do marabaense. Nos desfiles estudantil e militar do dia sete de setembro a cidade acordava em festa. O banho de rio logo cedo e os preparativos para o evento "cívico", faziam dessa data um dia especial. As disputas entre escolas também inflamavam os bríos da população.

O único colégio particular da cidade se localizava na outra margem do rio e o dia começava com os sons e o colorido dos estudantes que dirigiam-se às canoinhas para a travessia diária. Esse trajeto era feito por muitos que trabalhavam ou estudavam na outra margem, e hoje a ponte de concreto substituiu o encanto, a magia e às vezes o medo de atravessá-lo quando chovia ou anoitecia.

*"Todo dia centenas de jovens convergem para o aterro à busca da manhã estival. Na medida em que descem a passo e bicicletas no rumo das canoas, o rio vai ficando coalhado de toldos*

---

<sup>4</sup>BRAZ, A. (s/d). Esta terra. Neográfica. Belém.

*coloridos, uniformes, corpos luminosos e risos de jovens duros como brotos".<sup>5</sup>*

Embora a vida do marabaense estivesse estabelecida na cidade, todas as atividades se desenvolveram fora dela: a colheita da castanha na mata, o garimpo e as viagens nos rios e igarapés. A castanheira foi o elemento da natureza de maior significado para ele, porque sempre representou sua própria vida. Hoje a devastação dessa espécie nas áreas urbana e rural representa a destruição de um importante referencial para a cultura local e de um meio de subsistência para a população.

*"Depois que abriram as estradas e vieram esse povo do sul, acabou Marabá, porque eles compram terra e vão cortando as castanheiras e tirando madeira, isso tudo acabou a riqueza do Marabá. Era motor passando cheio de castanha, agora ninguém vê mais isso. Agora é só fazenda, fazenda..."*

*"Depois das estradas aí chegou o povo de fora. O povo de fora chegou e quem tem dinheiro foi comprando esses castanhais desse povo todo e*

---

<sup>5</sup> BRAZ, A. (s/d). *op. cit.*

*enchendo de fazenda: aqui tem é gado prá abastecer é Belém."*

Na cidade, a relação do habitante com a natureza se confunde com o sentido de seu próprio estar no mundo, foi assim até a brutal intervenção que ocorreu a partir dos empreendimentos e seus desdobramentos, como a nova cidade implantada, as usinas de carvão vegetal e de ferro-gusa. A fala de um morador expressa essa relação.

*"As palavras e as formas de se relacionar com as coisas, com a castanha, com a árvore, com o vento. A cidade acabou com isso (Nova Marabá). As pessoas moravam na cidade mas tinham uma vida voltada para a natureza."*

*Um dia qualquer, de um mês qualquer do ano de 1975, uma criança grita, esperneia, resiste ao banho. Sua mãe lhe diz: -Vá tomar banho, senão o Osvaldão\* vem te buscar. A criança corre para dentro de casa e despeja baldes de água sobre o corpo trêmulo, branquinho e frágil.*

Essa pequena passagem da vida cotidiana de Marabá é a alegoria dos momentos de tensão e medo através dos quais durante vários anos vivenciou a população de

---

\* Osvaldo Orlando era um dos integrantes do grupo que participou do movimento do Araguaia. Por sua estatura e bravura era tido como um dos mais temidos do grupo, características utilizadas para colocá-lo perante a população como um "terrorista", como eram rotulados todos que participaram desse movimento.

Marabá. Desde seus primórdios a cidade esteve sob o signo do conflito. Antes pelos cauchais, hoje pelos castanhais. Um depoimento de um morador exemplifica o poder desses senhores da castanha:

*"...e as pessoas que moravam aqui sempre dominaram essa região. Ou dominaram pacificamente ou na base da pressão. Muita gente aqui desapareceu, indo pro castanhal e não voltando nunca. Sempre aquela história que a onça comeu, que o mapinguari levou...e era morto."*

Nessa trajetória, o medo imperou entre as pessoas. A crônica acima ilustra o espírito amedrontado que pairava sobre a população quando nos anos 70 um foco guerrilheiro foi descoberto nas matas da região do sul do Pará. A convivência com a violência intimidou a população. As manobras anti-guerrilhas do Exército nas matas e a presença constante de soldados nas ruas da cidade, aumentaram a desconfiança e o medo. A década de 60 foi marcada por perseguições a religiosos e pessoas engajadas nos trabalhos da Igreja que tiveram vidas ameaçadas, presos ou obrigados a deixar a cidade eram "convidados" a exercer o sacerdócio em outro lugar. Na Marabá de então, qualquer espaço onde ocorressem eventos considerados "subversivos" era alvo de observações. Nem o espaço privado da casa fugia a essas intervenções. O poder de

polícia considerando-se legítimo permitia a penetração onde houvesse mínima manifestação de desobediência às suas leis.

No momento em que se desencadeava a organização do movimento do Araguaia, os primeiros projetos agropecuários incentivados pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) se instalavam na região. Começava então a longa, atual e conflituosa luta pela posse da terra. Na região de Marabá, imensos latifúndios expulsariam os trabalhadores das terras ocupadas há vários anos, adquirindo direitos sobre elas. Assim, a questão fundiária inaugura uma outra fase de lutas e medos. Agora é contra os proprietários, empresas e famílias que monopolizaram a posse da terra e detinham em seu poder extensas áreas.

Mais uma vez a luta extrapola o campo e pistoleiros invadem as ruas da cidade, contratados para executar pessoas ligadas à defesa dos direitos dos trabalhadores. A rua é palco da frieza e do crime premeditado. Na outra ponta desse fio, o crime comum, procedente da marginalização de cidadãos, também faz suas vítimas. Os assaltos às casas já não se fazem por uma peça de roupa no varal, nem são mais os ladrões de galinhas a assustar.

*"Naquele tempo era uma raridade (violência).  
Saia a qualquer hora da noite na rua e não tinha*

*nada. Dormia até com a porta aberta e ninguém entrava em sua casa prá apanhar as coisas."*

*"Me entristece muito ver a violência de nossa cidade. Quando eu cheguei aqui eu me lembro que a gente dormia com portas e janelas abertas. O ladrão a gente já sabia."*

A porta agora já não é mais o limiar que une o dentro e o fora. Ela agora separa e limita o fluxo dos olhares e do movimento. Mantê-la fechada é natural.

Os sucessivos atos autoritários e repressivos após a chamada "abertura política" se tornaram uma dupla face. O medo também é usado como estímulo. A "chegada do estranho" (MARTINS, 1990) corporificada principalmente nas empresas que gerenciam os grandes empreendimentos ou que se estabeleceram na região pelas facilidades de aquisição de terras e riquezas, trouxe conflitos, mas também resistências perceptíveis na organização e mobilização política das pessoas. No ano de 1980 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá e o povo ganha uma força incontestável, mesmo com uma organização ainda incipiente (EMMI, 1987). Nesse embate travado entre trabalhadores e proprietários, a cidade é o "campo de batalha".

Mas não é apenas a resistência política que se manifesta. A abertura da Belém-Brasília, a construção da Transamazônica e os grandes projetos levaram a Marabá o



estranho. A assimilação do outro, a incorporação de sua cultura e de seus modos, a "antropofagia" (MARTINS, 1990). Nessa absorção do que vem de fora é inegável o poder da televisão. Na Velha Marabá, em 1977, ano em que a TV chegou à cidade, poucas residências possuíam um aparelho. Assim os vizinhos acostumaram-se a mudar de casa desde o início da tarde quando entrava no ar o primeiro programa, só voltando ao final da programação. Um morador revela esse cotidiano transformado:

*"Antigamente, à noitinha, a gente ia pra porta conversar com os vizinhos; botava cadeira em roda, cobrindo toda a calçada, e haja histórias de fadas, do casarão assombrado, da visagem beradeira que assustava os meninos... agora é televisão. Até da vida alheia já se deixou de falar."*<sup>6</sup>

Na rua acontecia a verdadeira convivência das pessoas. Personagens folclóricas da cidade se misturavam aos passantes e a rua se tornava assim uma babel de acontecimentos. Talvez a cidade hoje não carregue esses personagens. A "Velha Zabelona", com seu cabelo despenteado e olhar assustado; seu "Aristides", e "Moça Velha", a bêbada pura e lúcida. As ruas hoje são palcos de outros atores. Menos

---

<sup>6</sup> BRAZ, A. (s/d). Esta terra.

míticos, mais tímidos. Hoje estão mais para espectadores do pouco que se passa nas ruas. São olhares que vêem as lembranças.

A população resiste à cidade planejada; abrindo ruas, ligando folhas, tentando adaptá-la ao seu modo de vida, já que esse é seu novo espaço de moradia. Ao mesmo tempo, nessas folhas em que a população se apropriou de seu "pedaço", há uma efervescência maior nos fatos culturais e na reaparição de algumas manifestações.

*"...Por outro lado, essa expansão urbana, fez, senão com que se resgatasse certas práticas folclóricas em Marabá, ela introduziu muitas coisas novas. Você vê por exemplo hoje em dia, na Nova Marabá, em suas folhas mais densamente povoadas, tem arraial e festas do Divino, boi-bumbá e festas religiosas."*

Mas as críticas à nova cidade também são inúmeras. Como as de alguns moradores:

*"A Nova Marabá é boa porque ela foi criada justamente para suprir as necessidades dos moradores da Velha Marabá devido à enchente...Agora o que eu não achei bom da Nova Marabá foi que fizeram a planta em estilo*

*de folhas né? E essas folhas desencontram da rua direta, da rua linheira."*

*"Não acho vantagem naquela cidade não! Agora a Cidade Nova (núcleo não planejado) é uma cidade importante! Tudo direitinho, as ruas unidas, cada qual no seu lugar!"*

*"...você tem que morar no inferno da pedra, distante do rio, em um lugar que não tem água, muito calor, muita poeira, muito mosquito, não tem esquinas, você não pode se encontrar, seus vizinhos não são mais os mesmos, jamais serão. Até a sensibilidade das pessoas foi por água abaixo a partir daí."*

As transformações ocorridas em Marabá, suscitam sentimentos de mágoas e desencanto com a velha cidade. Brotam visões pessimistas, embora nostálgicas como a de um morador:

*"Para falar a verdade, aqui quase não tem nada de bom. Aqui em Marabá está se passando pela vida."*

## 2. AS NOVAS CIDADES AMAZÔNICAS

Após a decadência da borracha, quando sementes das seringueiras foram contrabandeadas para Londres e daí para a Ásia no final do século XIX, a Malásia superou a produção brasileira, e "a Amazônia viveu um intervalo de 50 anos - daí até os anos 60 do século XX - entendido culturalmente como uma fase de penosa e prolongada decadência" (LOUREIRO, 1989, p. 28).

No início da década de 50 as riquezas regionais já começavam a se concentrar nas mãos de grandes empresas. Segundo LOUREIRO (1989, p.42), dois fatos marcam esse processo: a implantação de um grande projeto minerador no Amapá - a ICOMI (Indústria e Comércio de Minerais S. A.), que se associou a uma empresa de capital estrangeiro, a Bethlehem Steel para a exploração da bauxita; e a concessão, pelo governo do Pará, de 19 castanhais nativos para a Jari Florestal.

A criação da SPEVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Borracha) em 1953 (mais tarde substituída pela SUDAM), "foi o primeiro elemento indicativo de que novos rumos para uma tentativa de desenvolvimento e ocupação da área amazônica estavam sendo tomados" (OLIVEIRA, 1983, p. 268), que se iniciou concretamente a partir de incentivos fiscais às empresas agropecuárias e com a construção de uma malha rodoviária ligando a região ao resto do país, através da Belém-Brasília, em 1960.

ocupação da área amazônica estavam sendo tomados" (OLIVEIRA, 1983, p. 268), que se iniciou concretamente a partir de incentivos fiscais às empresas agropecuárias e com a construção de uma malha rodoviária ligando a região ao resto do país, através da Belém-Brasília, em 1960.

Na década de 60, programas, planos e projetos foram elaborados. Entre estes a Operação Amazônia, em 1967, com medidas que visavam a implantação de indústrias, povoando a região através da migração interna e da colonização planejada integrando-as às outras regiões do país. Na década de 70, ainda no bojo dessa Operação prossegue a expansão rodoviária com a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

Os grandes projetos de desenvolvimento - Jari, Trombetas, Carajás - tornaram-se a nova forma de ocupação econômica da região. O Programa Grande Carajás que inclui o projeto Albrás-Alunorte (alumina e alumínio), a Hidrelétrica de Tucuruí, a Ferrovia Carajás-Porto de Itaqui (Maranhão) e o Porto de Vila do Conde (Barcarena-PA), envolve a exploração de minerais (bauxita, níquel, ouro, cobre, cassiterita, entre outros), atividades agropecuárias e de reflorestamento. Descoberto após pesquisa sigilosa feita por empresas multinacionais em 1967, abrangendo área de aproximadamente 900.000km<sup>2</sup>, Carajás é um conjunto de serras distribuídas nas áreas dos municípios de Marabá, São Félix do Xingú e Parauapebas, no Pará. Os projetos são amparados por uma legislação de incentivos fiscais.\* O mais recente foi a instalação de fornos de "raço-quente" (altos fornos movidos a carvão vegetal), para a produção de ferro-gusa ao longo da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, em Itaqui no Maranhão. Devido a pressões de entidades ambientalistas, a instalação do projeto foi suspensa, pois causaria danos irreversíveis ao meio ambiente.

---

\* Consiste no seguinte mecanismo: ao invés do governo todo o imposto de renda que as empresas devem pagar, isenta-as de até 100% do recolhimento desse imposto e permite que as empresas utilizem esses recursos na instalação de novas empresas na Amazônia. (HÉBETTE, 1991).

De acordo com o pensamento de BECKER (1990), com a implantação dos grandes projetos, chegamos ao terceiro momento (o primeiro foi a exploração das "drogas do sertão", o segundo, o "ciclo da borracha"), que a pretexto de povoar a região, provoca um novo e ordenado devassamento amazônico: o Estado brasileiro se alia às empresas nacionais e multinacionais, e faz do mote da ocupação prioridade máxima, acelerada pelos projetos madeiros, garimpeiros, agroflorestais e mineradores.

Como nos mostrou HÉBETTE (1991, p.08), as intervenções na Amazônia culminam com o Projeto Calha Norte, implantado em 1985, nas áreas situadas ao norte das calhas do rio Solimões e do Amazonas, na fronteira com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Consiste em bases militares, prossegue na militarização da política de ocupação regional entendida como única solução para os conflitos crescentes, e prossegue também na estratégia espacial de criar territórios para a ação direta do governo federal (BECKER, 1990. p.80). Essa ocupação pretensamente homogeneizadora do espaço amazônico reacende conflitos, estabelece antagonismos, e busca manter o que MAUÉS (1990) denominou como duplo colonialismo e exploração: colonialismo interno sobre a população nativa incluindo índios e caboclos, e a exploração dos recursos naturais da região, não considerando essa população.

Entre os vários planos elaborados pelo governo federal estão o PDA I e II (Planos de Desenvolvimento da Amazônia), que colocavam como meta a implantação de núcleos planejados, que surgiriam em espaços vazios ou como expansão de cidades já consolidadas.

As áreas da Amazônia onde foram efetivados planos de expansão urbana ou de criação de cidades novas, territórios onde as transformações se dão de maneira rápida e visível, caracterizam-se mais fortemente como áreas de fronteira. A fronteira econômica só pode ser entendida a partir da inserção do Brasil no capitalismo global do segundo pós-guerra, das especificidades da atuação do Estado no Brasil e das características regionais. Ela

contém os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação social e econômica em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado. É uma organização capitalista inacabada, por isso é um espaço gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político (BECKER, 1987). São nesses recortes, espaços ainda em formação, que se desenvolve um conjunto de relações de toda ordem: política, econômica e social, onde produções tradicionais como a de farinha de mandioca, coexistem com as mais avançadas tecnologias empregadas na exploração de minérios da Serra dos Carajás.

As medidas levadas a cabo nas décadas de 60 e 70, nas quais a colonização dirigida às margens das rodovias teve papel fundamental no modo de estruturar a ocupação do espaço amazônico, produziram nos últimos trinta anos uma rede urbana diferenciada em sua morfologia e no seu modo de apropriação.

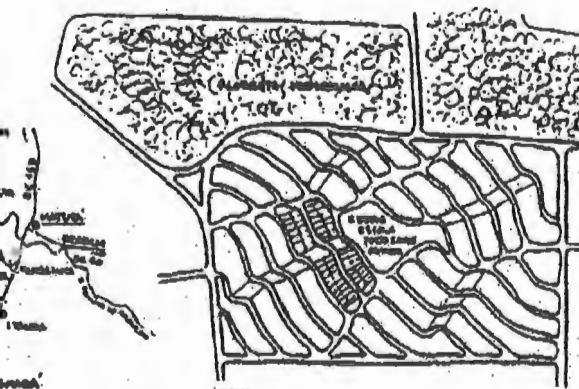
Os núcleos urbanos surgidos nesse contexto, são povoados por uma população migrante, que forma força de trabalho móvel, extremamente importante para o crescimento dos mesmos. Essa mobilidade molda a paisagem humana e cultural que constituirá o perfil da maioria dos novos aglomerados amazônicos. Para servir de suporte aos serviços e à mão-de-obra emergente, e às novas relações de trabalho surgidas com a implementação das políticas para a Amazônia, um novo padrão de espaço urbano é produzido a partir de então.

Nesse novo espaço amazônico, o processo de urbanização precede mesmo qualquer atividade produtiva mais sistematizada ou estruturada, com amplo desenvolvimento. O núcleo urbano surge então como *locus* ideal para fazer face a essas novas relações.

Sendo uma área sub-ocupada, na qual as cidades não formam um todo articulado, a região amazônica, no pensamento tecnocrático de então, precisaria ser reocupada, agora de maneira sistemática. São estabelecidas como diretrizes para a viabilização dos grandes projetos, a expansão e construção de núcleos urbanos concentrados nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Amapá.

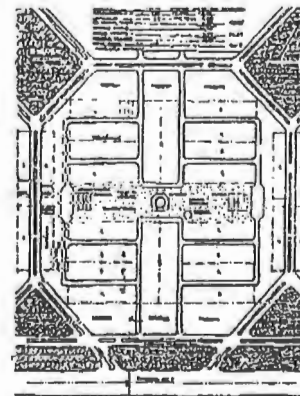
De acordo com o projeto a ser implantado e com o estágio de desenvolvimento da cidade que o sediasse, surgiriam vilas e novas cidades, e expandiriam-se as que já existiam. Nesse processo, a urbanização se efetuou em dois grandes eixos: o de iniciativa estatal e o vinculado à circulação da força de trabalho (BECKER, 1987). Para os objetivos desse trabalho interessa-nos o primeiro grupo.

Desses núcleos urbanos distinguem-se três tipologias (OLIVEIRA, 1984; BECKER, 1987) : cidades das companhias, franjas urbanas de apoio às atividades extrativistas e industriais como a Vila Serra do Navio e a Vila Amazonas, no Amapá, projetos de Oswaldo Bratke; a Vila de Nova Barcarena (PA), para a Albrás-Alunorte, projeto de Joaquim Guedes; as Vilas Permanentes e Temporárias em Tucuruí (PA), projetos de H.T. Mader; e o Núcleo de Carajás, no município de Parauapebas (PA) para a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce).



Matupá (MT)  
Fleury (1984)

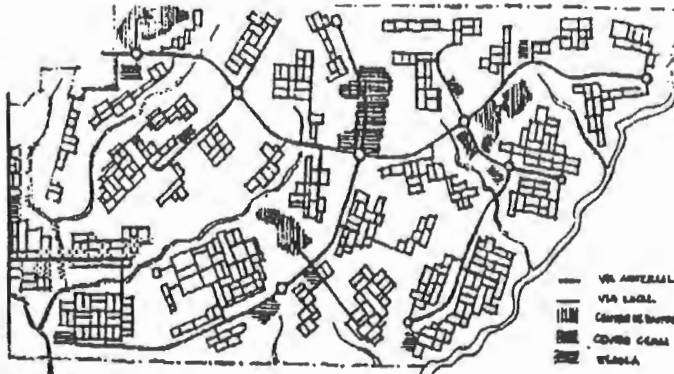
É no Estado do Mato Grosso que se concentra grande parte dos núcleos urbanos produzidos por projetos de colonização públicos ou privados: vilas de Juína e Juruena, em Aripuanã e as cidades de Alta Floresta e Matupá (FLEURY, 1984).



Cidade de Juína (MT)  
Fonte: Fleury (1984)



Existem ainda os projetos de expansão de cidades espontâneas como a Cidade Nova de Manaus (AM), base de apoio à SUFRAMA, e a Nova Marabá (PA), implantada para servir de suporte ao projeto Carajás.



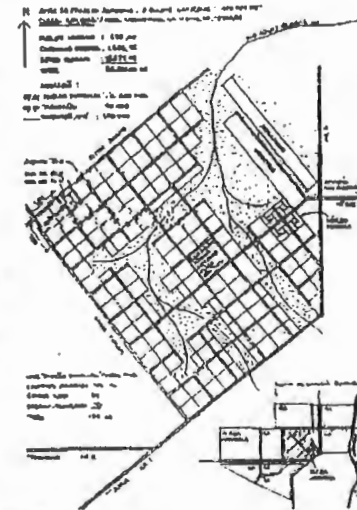
Cidade Nova de Manaus (AM)  
Fonte: Fleury (1984)

Esses projetos urbanos têm em comum o fato de terem sido construídos como apoio aos projetos econômicos, e se constituírem em um novo modo de ocupação no qual a rodovia é a principal interligação. De maneira geral, não possuem morfologia única; apresentam uma mistura de traçados que também dependem das condições de sítio.



Cidade de Alta Floresta (MT)  
Fonte: Fleury (1984)

No Mato Grosso, em função das atividades econômicas, foram construídas as cidades de Alta Floresta, Juruena e Liqüilândia, como núcleos semi-abertos para a colonização privada, destinadas a abrigar empregados das indústrias. De acordo com OLIVEIRA (1984), Alta Floresta mistura ideais racionalistas aos culturalistas e compõe-se de ruas que invariavelmente terminam em "cul-de-sac". Segundo um dos responsáveis pelo projeto de Juruena, "a cidade obedece a um esquema racional



Cidade de Juruena (MT)  
Fonte: Fleury (1984)

com avenidas privilegiadas (75m), ruas largas (22m), e preocupação com a preservação de áreas verdes".(AMAZÔNIA, 1978, p. 20).

No Pará e Amapá, as cidades novas aparecem ligadas aos grandes projetos, dentre as quais estão a Vila de Nova Barcarena, Núcleo Carajás, Vila Serra do Navio e Vila Amazonas.

O Núcleo Urbano de Carajás implantado em 1984, se localiza no cume da serra, e foi projetado para abrigar os



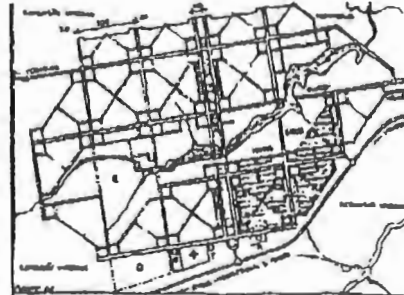
Núcleo de Carajás (PA)  
Fonte: Fleury (1984)

funcionários da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). No sopé da serra, surgiram dois núcleos espontâneos, Parauapebas e Rio Verde que diferem do núcleo de Carajás por possuírem infraestrutura mínima. A "cidadela de Carajás" (BECKER, 1987) é um cinturão fechado com entradas controladas por guaritas da Polícia Federal e uma barreira que fiscaliza mercadorias e pessoas. "A princípio, fica patente que para a CVRD o que conta é a eficiência; para alcançá-la a empresa construiu uma 'cidade fechada', onde existem regras rígidas a serem cumpridas, controle absoluto e, portanto, produção garantida. Os códigos desse controle estão expressos no espaço" (OLIVEIRA, 1989, p. 112).



Vila de Tucuruí (PA)  
Fonte: Fleury (1984)

A Vila dos Cabanos ou Vila de Barcarena, no Pará, também uma cidade empresarial, "reproduz uma imagem urbana 'moderna' do sul" (VICENTINI, 1994, p. 178), e assim como a Vila de Tucuruí, construída em função da hidrelétrica em 1976, "todo o espaço urbano pertence à esfera privada da empresa" (VICENTINI & RIZEK, 1992, p. 220).

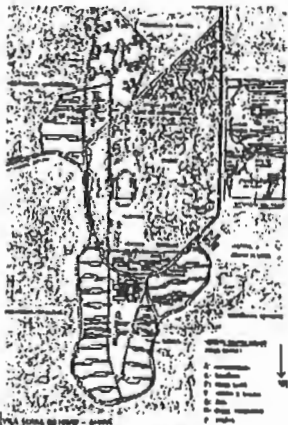


Vila de Barcarena (PA)  
Fonte: Fleury (1984)

Nas décadas de 60 e 70, quando o

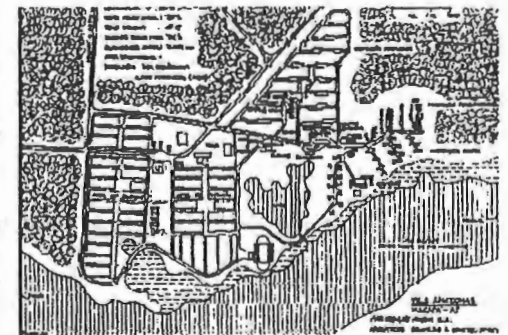
"boom" do planejamento urbano chegava à Amazônia, cidades surgiam como em um passe de mágica. Revistas e jornais se encarregaram de fazer

a propaganda em torno do fenômeno. Arquitetos e urbanistas davam seu testemunho como "desbravadores" de uma terra de ninguém e que a partir de então passara a ter como donos as grandes empresas nacionais e multinacionais.



Vila Serra do Navio (AP)  
Fonte: Fleury (1984)

As vilas Serra do Navio e Amazonas, no Amapá, seguem os mesmos princípios adotados por outros núcleos planejados. Segundo matéria publicada em 1966, na revista Acrópole, pp. 19/20, a construção diferenciada de habitações para dirigentes e operários, parecia medida discriminatória, se não houvessem razões suficientes para adotá-las, as quais não são explicadas na matéria.



Vila Amazonas (AM)  
Fonte: Fleury (1984)

Em todos esses exemplos, o contraste entre as cidades espontâneas e os assentamentos planejados são visíveis. A falta de infraestrutura é a maior carência e o controle é mantido sobre os moradores. "Nos assentamentos tipo *company town*, o domínio exercido pela empresa sobre os moradores é total, subordinando-os integralmente à sua influência e seu controle. Esta determina as regras a serem cumpridas tanto no trabalho como fora dele"(FARAH, 1993, p. 66).

A concretização desses planos urbanísticos, é parte de todo um discurso que une o mito do espaço vazio à necessidade de um ordenamento sistematizado através da criação de novas cidades, que via no urbano o *locus* ideal para produzir um modo de vida que se enquadrasse em uma nova perspectiva econômica e política para a região amazônica. Então, nada mais eficaz que normalizar ações cotidianas, através de normalizações urbanísticas e de novos códigos de utilização do espaço.

Essa ideologia de modernização nas relações sócio-econômicas da Amazônia brasileira, se revemos sua história, se delineia desde o final do século passado, com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, cuja obra, segundo HARDMAN (1991) nascida do progresso técnico estabelece rupturas espaço-temporais com o mundo circundante no sentido de impacto tecnológico e nas mentalidades. Se instaura a partir desse momento e também como apontou VICENTINI (1994), com a consolidação do processo de monetarização nas relações de trabalho, a passagem para a modernidade, tentativa de ampliar as relações de espaço interno com o exterior, muito mais do que promover a integração regional.

Nessa perspectiva, as tentativas de derrubar a barreira do tempo que integraria definitivamente a região ao resto do país pelo espaço, é outro aspecto dessa modernidade em que o "progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a 'aniquilação' (última) do espaço através do tempo"(HARVEY, 1992, p. 190).

Apesar do caráter capitalista que as relações econômicas possam assumir na região, o que se tem é uma mistura entre o novo e o tradicional. GIDDENS (1991) ressalta como uma das características da modernidade a continuidade entre o tradicional e o moderno, onde nem um nem outro forma um todo à parte, embora os modos de vida na modernidade tenham nos desvinculado de todos os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira sem precedentes. Apontando o pensamento de BRAUDEL (1984) como referência, VICENTINI (1994, p. 87), reforça que a força da resistência da população às suas tradições e modos de vida, estendeu às cidades da Amazônia um caráter peculiar, um misto de modernidade assimilada a uma permanência, que percorre o mundo do trabalho e o mundo mítico, onde o imaginário sobre a natureza está fortemente presente.

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando outros "ausentes" localmente distantes de qualquer situação ou interação face a face; o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*, os locais são moldados e penetrados por influências bem distantes deles; o que estrutura o local não é somente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991).

Assim, ao mesmo tempo em que o aparato da modernidade se materializa em grandes empreendimentos e as populações se alijam desse processo, pelo menos no que diz respeito à sua inserção como beneficiárias dele, o poder se concretiza em suas várias formas: das cidades empresariais fechadas às instalações militares nas cidades e na floresta.

Dessa forma, o que se configura a partir dessas transformações no território amazônico, são dois espaços que se estruturam em uma mesma esfera física, mas com significações diferenciadas. É o que BECKER (1990) chama de

malha tecno-política ou espaço programado composto pelos territórios dos grandes projetos; e a malha sócio-política ou espaço vivido composta pelos grupos sociais emergentes e pelas antigas comunidades locais.

## 3. O PLANO DE EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ

### 3.1. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

As primeiras idéias para a construção de uma cidade nova em substituição à velha surgiram no final da década de 60. Em março de 1970 um relatório preliminar do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) foi o primeiro passo para a sua concretização. Aberta a concorrência, o escritório vencedor foi o de Joaquim Guedes, de São Paulo. O plano urbanístico apresentado estabelecia como parâmetro inicial uma cidade de 50.000 habitantes, procurando conciliar ecologia e peculiaridades regionais.

Com a mudança do governo Médici para o de Geisel em 1974, outras diretrizes governamentais foram estabelecidas, inclusive a extinção do SERFHAU. A política de ocupação da Amazônia sofreu profundas transformações. "A colonização ao longo das rodovias por pequenos lavradores foi abandonada e seu lugar ocupado pelas empresas de porte médio" (YOSHIOKA, 1984, p. 103).

O Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá foi abandonado e uma nova equipe, escolhida sem concorrência pública, ficou responsável pela elaboração de um novo plano: o Escritório H. J. Colle e Associados, do Rio de Janeiro.

A área para a implantação da cidade nova, escolhida pela equipe anterior, foi mantida. Sua localização está acima da cota 87, e, segundo os autores, imune às enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Situada onde

anteriormente se localizava um castanhal de servidão pública, historicamente pertencente ao município de Marabá, a área foi posteriormente através de acordos, cedida à famílias tradicionais da cidade e desapropriada para a construção da Nova Marabá, o que provocou animosidades entre as oligarquias e o poder local (BRAZ 1994, comunicação oral).

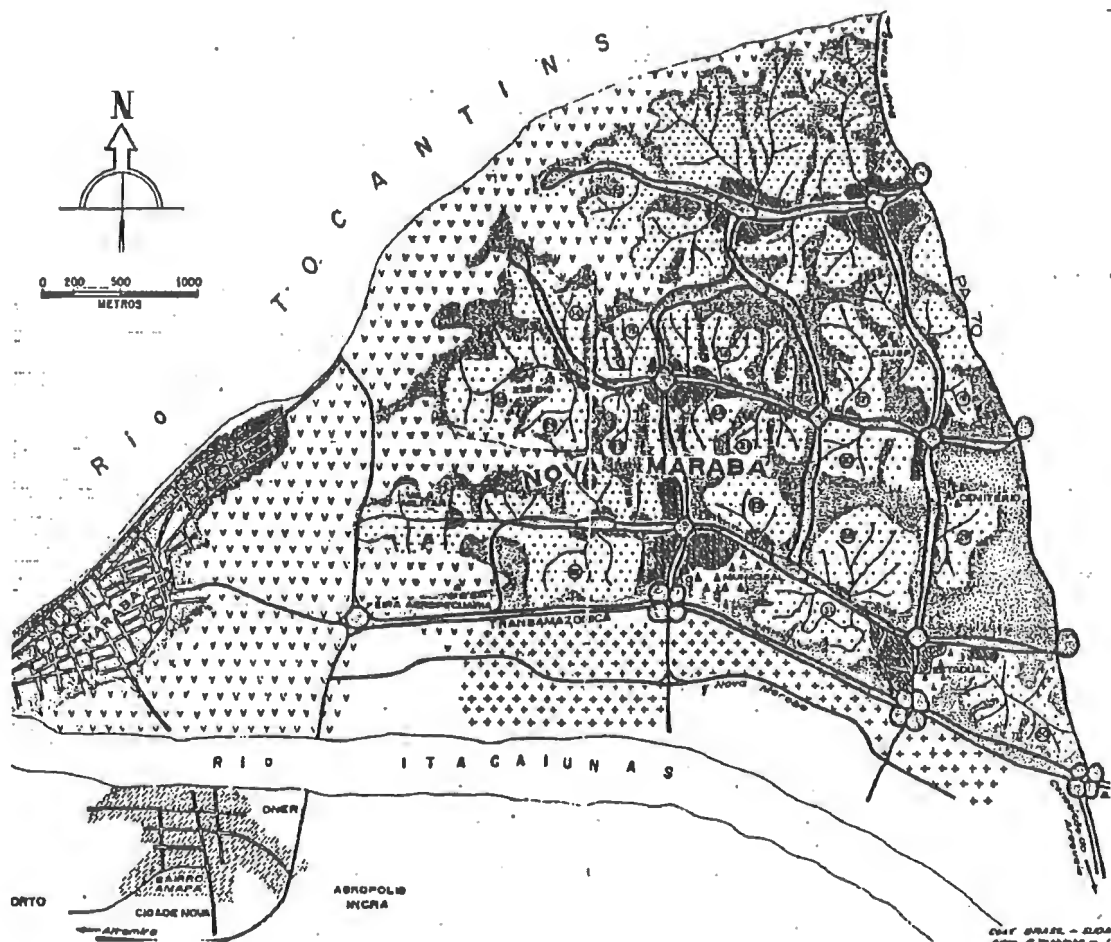
Além de remanejar a população para uma área não sujeita às enchentes, o plano também tinha como objetivo absorver a mão-de-obra emergente - atraída pelo Projeto Carajás - que não poderia ser abrigada no núcleo urbano por se constituir risco para o controle sobre as jazidas minerais (BECKER, 1990).

O plano urbanístico segundo a equipe, tem um partido que "funciona como um organismo de estrutura vegetal, no qual os troncos são os eixos viários periféricos, os galhos o sistema viário principal de acesso e as folhas as comunidades propriamente ditas" (PEUM, 1977). Totalizando 32 folhas, onde cada uma constitui uma pequena comunidade estanque. Segundo o plano, essas comunidades de baixa densidade populacional possuíam uma área de 25ha. Foi prevista uma divisão que incluía residências uni e multifamiliares com prédios de até no máximo 04 pavimentos.

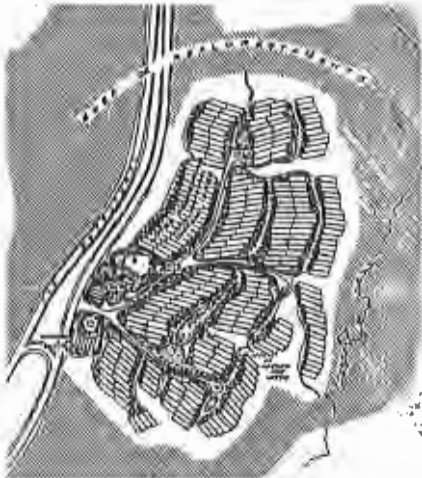
A folha foi dividida em :

- Área alienável unifamiliar composta de lotes destinados às residências;
- área alienável comercial, destinada aos núcleos de comércio e serviços de apoio local;
- sistema viário secundário composto de vias de acesso à folha e de vias de acesso aos lotes, organizado hierarquicamente segundo quatro modalidades de vias;





Plano de Expansão Urbana de Marabá  
 Fonte: SUDAM (1976) in Yoshioka (1986)



Detalhe de uma "folha"  
 Fonte: SUDAM (1976) in Yoshioka (1986)

- áreas livres e de recreação, com espaços não ocupados por lotes ou pelo sistema viário, destinados à recreação e lazer;
- área verde intensiva, composta do bolsão florestal que envolve a folha; a cada família foi destinado um lote para construção de casa, que deveria obedecer a esquemas arquitetônicos em conformidade com as diretrizes determinadas pela ecologia da região, com afastamento lateral, obedecendo a critérios estipulados na Legislação Municipal.

Divididas em áreas funcionais: Núcleo de Comércio e Serviços (NCS) de primeira e segunda categorias (I e II) e Centro de Comércio e Serviços (CCS), também de primeira e segunda categorias. O plano estipulava que à entrada de cada folha, às proximidades da via principal, seria estabelecido um NCS,

composto de serviços e pequeno comércio: mercearia, padaria, bares, quitanda, açougue, farmácia, posto de saúde, escola de 1<sup>o</sup> grau, oficinas, sapataria, alfaiataria, barbearias, cabeleireiros etc.

Os CCS-II, seriam compostos de duas, três ou mais folhas junto às vias principais (galhos), contando com equipamentos multifamiliares e transitórios, supermercado, escola ginásial, colegial e técnica, comércio geral, cinema, corpo de bombeiros, delegacia policial, correios etc.

Os CCS-I, seriam o apoio básico da cidade e da região e representariam o "centro da cidade". Se localizariam nos grandes entroncamentos da Transamazônica com as vias principais de acesso. Abrangeriam todos os setores de comércio e serviços e instituições públicas.

As áreas destinadas às indústrias se dividiriam em três categorias:

- Núcleo Industrial de 3ª categoria (NI - III);
- Centro Industrial de 1ª categoria (CI - II);
- Setor Industrial de 1ª categoria (SI - I);

Os NI-III deveriam se situar junto aos CCS-II, sendo destinados às indústrias leves não poluidoras e semi-artesaniais, que empregassem mais mão -de-obra especializada do que equipamentos. Os CI-II seriam localizados próximos aos CCS-I, sendo compostos de indústrias não poluidoras, porém de porte médio, como frigoríficos, eletro-eletrônica etc. Os SI-I localizariam-se ao sul, do outro lado da Transamazônica, na direção adequada dos ventos, compostos de indústrias médias e grandes, abrangendo transformações de minerais não metálicos, metalúrgica, têxtil e outras.

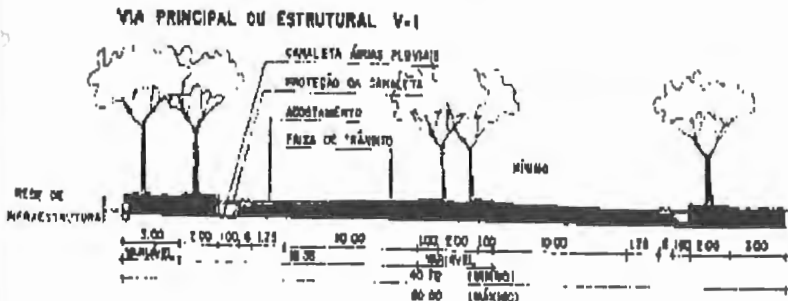
Uma área de destinação especial - dentro de bolsões florestais - seriam criadas para cemitérios, hortos florestais, parques ecológicos e áreas de lazer.

O sistema viário seria rigidamente hierarquizado, composto pelas vias estruturais (V1), vias de acesso às folhas - ou secundárias (V2), vias de acesso às quadras e lotes (V3), ciclopistas e caminho de pedestres (V4). Esse desenho assimétrico e sinuoso das vias, onerou sua pavimentação, dificultou a circulação de pessoas e veículos e a implantação de infraestrutura devido às distâncias (YOSHIOKA, 1984). Segundo o plano, o sistema viário foi lançado sobre os espigões de forma a manter e a enfatizar a estrutura natural da área, evidenciando os cumes e os talwegues (linha sinuosa no fundo de um vale, pelo qual as águas correm, e que divide o plano de duas encostas).

Foi estabelecida a função de cada via:

- As V1 são os eixos gerais de acesso à área de expansão a partir da Transamazônica e da PA - 70, destinando-se a distribuir com facilidade o tráfego proveniente destas rodovias. Constituiriam acessos e as

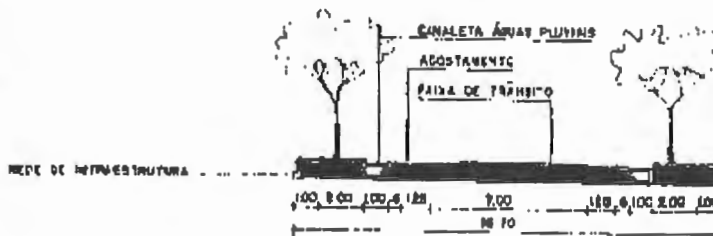
principais artérias do sistema viário, e representariam, dentro da concepção urbana de estrutura vegetal, o tronco. Ainda de acordo com o plano, possuiriam faixa de domínio de 80.00m de largura, dentro da qual duas pistas de 10.00m cada, ora se aproximam, ora se afastam uma da outra, liberando áreas verdes centrais num desenho sinuoso de *grande expressão paisagística*.



Enfatizando o aspecto visual do plano, o desenho das vias é justificado não apenas como efeito estético, mas, "um partido técnico moderno e de segurança, uma vez que, além de haver arborização entre as pistas, os eixos de cada leito nunca são perfeitamente paralelos entre si e/ou repousam no mesmo plano, evitando à noite o cruzamento de faróis dos veículos impedindo, a qualquer hora, o cruzamento de uma pista para a outra, de veículos desgovernados em acidentes." (PEUM, 1977)

As V2 constituiriam acesso às folhas e aos núcleos industriais; representariam os galhos na estrutura vegetal. Sua faixa de domínio se alarga e se estreita em um intervalo de 15.00 a 30.00m. Sua pista com 7.00 ou 10.00m de largura, foi projetada]

VIA SECUNDÁRIA V-2



- As V3 são as vias que dariam acesso às quadras e lotes a partir das V2. A previsão era de que em um primeiro momento essas vias permitiriam apenas o tráfego de pedestres, sendo posteriormente alargadas para a circulação de veículos. Seu desenho acompanhava as curvas de nível para facilitar o escoamento de águas pluviais, água potável e dos esgotos sanitários. Sua faixa de domínio seria de 12.00 a 30.00m com previsão de construção de praças e áreas de lazer.

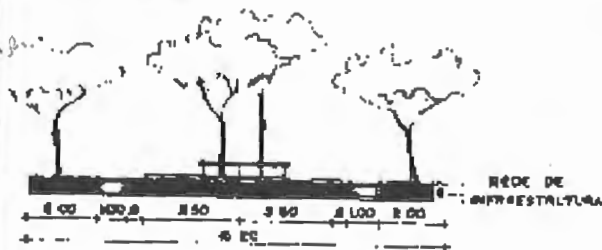


- As V4 ou ciclopistas foram criadas, segundo o plano, para induzir o uso de bicicletas. Os caminhos de pedestres seriam abertos estrategicamente dentro da floresta, ligando-a às folhas.

Para a concepção do desenho da Nova Marabá, a equipe lançou mão de princípios que faziam a analogia da cidade e da sociedade a um organismo vivo. No documento *Política Urbana para a Amazônia*, de 1976, as sociedades são vistas à maneira do sistema animal e vegetal.

As organizações espaciais e sócio-econômicas humanas eram vistas como organismos que cresciam com a agregação de novas células (*sic*) e pelo crescimento de células ainda jovens. Esse crescimento deveria ser

VIA ESPECIAL V-4



estimulado e acompanhado para evitar que células componentes do organismo adoecessem e até provocassem a morte do organismo como um todo (TOURINHO, 1991). Nesse contexto, o Estado seria o provedor e viabilizador do destino sadio dessas células, que não estão explicitadas no plano.

Essas considerações sobre Estado, sociedade e a visão de cidade como um organismo evolutivo são partes dos princípios da Escola Sociológica de Chicago. Essa escola se desenvolveu a partir dos trabalhos do Departamento de Sociologia Urbana da Universidade de Chicago, em 1892, que teve a socióloga Jane Addams como fundadora, e reunia entre outros Durkheim, Spencer e Simmel.

A pesquisa sobre a problemática da metrópole americana, mais precisamente a cidade de Chicago, reuniu, a partir de 1916, na Universidade, um grupo que estudava o urbano como um fenômeno social. A situação da sociedade americana era nesse momento - do final da guerra civil até o New Deal e início da 2ª Guerra - bastante influenciada pelas mudanças sociais e políticas "que operou como matriz tanto dos fenômenos materiais e simbólicos da cidade, analisados pelos cientistas de Chicago, como, de forma mediada de seu próprio pensamento" (SZMRECSÁNYI, 1990, p.66). No nível ideológico a sociedade americana era nesse momento extremamente conservadora, moralista e anti-urbana, vendo na cidade a causa de todo o desequilíbrio social (SZMRECSÁNYI, *op. cit.*).

Ainda de acordo com a autora, a tradição da sociologia comportava nesse momento uma forte influência do pensamento darwiniano, onde a concepção da sociedade como luta natural, a sobrevivência dos mais aptos ou fortes e suas derivações teóricas eram predominantes; e a economia política neoclássica com suas noções de equilíbrio e total abstração aos fenômenos relativos ao poder e à dominação, cuja ênfase da análise social estava baseada numa diferenciação mais psico-cultural do que político-econômica.

No texto de Robert Park, de 1925, "*The city: suggestions for the investigation for human behavior in the urban environment*", se tornou referência aos demais estudos que concebiam a cidade como uma ordem cultural e não física, "a ordem própria ao homem civilizado, que ele imediata e ahistoricamente identifica ao burguês ocidental, e sua expressão física são os fenômenos como a segregação, consistindo em uma aproximação entre semelhantes e num distanciamento entre desiguais" (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 69).

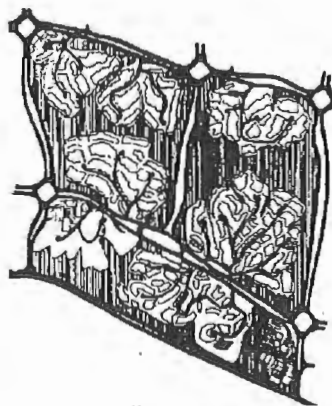
Dessa forma podemos inferir que essas concepções, ao serem espacializadas na cidade planejada, contêm em seu bojo a expressão de diretrizes que naquele momento prevaleciam na ideologia do desenvolvimentismo nacional, ou seja, a adoção de ideais que se alicerçavam sobre uma visão positivista da sociedade, onde o progresso significava a manutenção de uma ordem vigente, através da qual alcançaríamos um desenvolvimento econômico e social que, em última instância, significaria a consolidação de um capitalismo que teria na cidade seu principal ponto de apoio.

Por outro lado, a ideologia comportamentalista que se delineava nas análises da Escola de Chicago, se adequava perfeitamente aos ideais pretendidos com a implantação da Nova Marabá, ou seja, enquadrar os habitantes em uma cidade cujo desenho possibilitava mantê-los distanciados de qualquer atividade comunitária.

Paradoxalmente aparecem no desenho urbano da Nova Marabá indicações que se referem à unidade de vizinhança de Clarence Stein e Henry Wright. De uma maneira mais ampla, essa referência está contida nas determinações claras quanto a aproximação da nova cidade à natureza que a circunda, ou seja, sua implantação se faria não contra essa natureza, mas, conjugando-a aos aspectos da cidade. Embora a noção de ecologia esteja presente na própria estrutura urbana - sua referência a uma árvore - na verdade ela nos transmite certa ambigüidade, porque ao mesmo tempo em que o plano postula uma convivência com a floresta, para ser implantado foram devastadas imensas áreas de castanhais nativos.

Nas formulações que fundamentaram as concepções do urbanismo moderno, a noção de natureza aparece com o sentido de redenção do homem a uma vida mais saudável, considerando as condições das cidades industriais. As propostas desenvolvidas no urbanismo americano e europeu desde o final do século XIX já informam o regresso ao "mito arcádico"<sup>1</sup>. Não a transposição dos ideais do campo para a cidade, mas o próprio deslocamento da construção de comunidades para áreas rurais, se constituindo elas mesmas em comunidades quase rurais. Surgem os projetos dos subúrbios americanos de Stein e Wright, em 1924 e 1928. O de Radburn, paradigmático quanto à aplicação da unidade de vizinhança é, segundo CIUCCI (s.d.), claramente inspirado no Central Park de Olmsted de 1857.

No projeto de Radburn os setores residenciais são organizados de modo a facilitar a convivência entre os moradores, diminuir a distância entre setores de comércio, serviços e residências; separando as vias de transportes das vias locais e das de pedestres, formando um sistema independente (MUNFORD, 1982).



A idéia da unidade de vizinhança, no caso do Plano de Expansão Urbana de Marabá, aparece na hierarquia do sistema viário intra-folhas e vias principais, e na definição da folha e de suas dimensões:

*"a folha é um bolsão de baixa densidade populacional cercado pela floresta e ligado à via principal que lhe dá acesso, com uma área variável de 15 a 25 ha. Seu diâmetro não excede muito de 500m para não estender a distância entre seus extremos e a via principal."* (PEUM, 1976)

Unidades de vizinhança - s/ escala  
Fonte: SUDAM (1976) in Tourinho (1991)

<sup>1</sup>CIUCCI, G. et al.(s.d.). *La ciudad americana*. Barcelona, Gustavo Gili.



Curiosamente as ruas locais terminam em "cul-de-sac" (rua sem saída), forçando a população a percorrer maiores distâncias para passar de uma folha a outra, embora estejam muito próximas.

No bojo das expressões do naturalismo como uma das vertentes das concepções de cidade do final do século XIX e início do século XX, cabe ressaltar a figura de utópicos como Howard, que podemos chamar de continuador da idéias de Olmsted, no que se refere aos ideais de conciliação homem-paisagem e homem-cidade, "que será a busca primordial e talvez inglória da arquitetura e do urbanismo moderno" (ANDRADE, 1992, p. 37).

As cidades-jardim que se tornariam emblemáticas nessa busca, iniciadas por Howard mas encampadas depois por outros como Geddes e Unwin, pretendiam ser a síntese ideal entre cidade e campo, comunidades perfeitas e auto-suficientes (...) realizando, assim, o máximo de ruralidade compatível com a vida urbana (BENÉVOLO, 1989).

As referências aos princípios das "cities-garden" no projeto da Nova Marabá, se fazem notar nas determinações construtivas das habitações, onde em cada lote foi estipulada uma área máxima de aproveitamento, devendo cada morador reservar parte da frente do terreno para a construção de jardins, assim como manter a casa livre em todos os lados, e circundada por áreas verdes. Essa é uma outra fonte com a qual se interliga às cidades-jardim: "o conceito de casa unifamiliar no verde" (BENÉVOLO, 1989).

No entanto, muitas dessas referências estão citadas apenas no memorial do plano, sem se concretizarem de forma clara no espaço da cidade. Isto, devido provavelmente a seu caráter inconcluso e a maneira como a cidade foi implantada, o que veremos a seguir.

### 3.2. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Em 1973 iniciou a desapropriação da área de castanhais para a implantação da Nova Marabá. A área é limitada pelos rios Tocantins e Itacaiúnas e pelas rodovias PA-150 e Transamazônica. O plano urbanístico foi apresentado oficialmente às autoridades no final de 1975. Sua implantação iniciou-se, efetivamente, com a abertura do sistema viário de acesso às folhas 27, 28 e 32.

A partir desse momento a cidade foi declarada *Área de Segurança Nacional*, o prefeito passou a ser nomeado pelo presidente da República, e as oligarquias tiveram sua influência cada vez mais reduzida, causando uma cisão entre os donos das áreas desapropriadas - que começaram a reagir contra as desapropriações - e o poder local.

Com o processo de desapropriação já quase concluído e a expectativa para a implantação da cidade, os outros aglomerados urbanos continuavam crescendo. Por outro lado, precisando legitimar-se perante a população, o prefeito, ao tempo em que providenciava a construção da nova cidade, incentivava melhorias nos outros núcleos - que recebiam migrantes, principalmente a Cidade Nova - construindo escolas, hospitais, asfaltando ruas e abrindo loteamentos, através de assinatura de convênio com o Campus Avançado da USP, em Marabá. Em área de 1650ha desapropriada em 1973 pela SUDAM, foi iniciada a implantação da nova cidade. A abertura do sistema viário foi executada através de empreiteiras que por sua vez sub-empreitavam essas tarefas a outras firmas. A implantação desse sistema foi dificultada pelo seu superdimensionamento, com canteiros amplos que demandaram muito movimentação de terra em cortes e aterros. Isso, juntamente com o

desenho assimétrico das vias que requeriam a orientação de técnicos especializados, foram motivos para a não consolidação do sistema viário (YOSHIOKA, 1986).

Da mesma forma foi problemática a instalação do sistema de abastecimento de água, fazendo com que os primeiros moradores dependessem dos carros-pipa para seu consumo. Hoje o abastecimento ainda é precário, com algumas folhas sem regularidade. Tampouco a rede de esgotos foi concluída, não havendo consenso entre as várias alternativas apresentadas, o emissário não foi construído. Somente foram construídos emissores nas vias públicas, sem que o morador pudesse ligar o esgoto domiciliar a estes. Em 1984 cada residência dispunha de fossa seca ou tanque séptico com infiltração de efluente no próprio terreno (YOSHIOKA, 1986). Essa solução permanece até hoje, pois nenhuma melhoria foi feita.

Além disso, a instalação da rede de energia elétrica também encontrou dificuldades, motivadas pelos desenhos das folhas e pelas distâncias do sistema viário. O processo de mudança da população iniciou em 1976 com a abertura das folhas, começando pelos moradores das áreas alagadas. Extremamente precária era a situação da Nova Marabá: sem água, energia elétrica e rede de esgotos a população relutava em mudar-se. Segundo um morador entrevistado para esta pesquisa, a SUDAM através de seu escritório em Marabá, chegou a cortar o fornecimento de água e energia elétrica da Velha Marabá para forçar os moradores a deixarem a cidade. Alguns aceitavam os lotes, colocavam uma placa com seu nome mas continuavam na Velha Marabá.

*\* Eu me lembro que em 1975 a SUDAM colocou uma placa de 4.00 x 6.00 na entrada do bairro Santa Rosa dizendo que lá era proibido construir, reconstruir, recuperar casas, forçou a CELPA a cortar energia do bairro, forçou a COSANPA a suspender o fornecimento de água, foi uma*

*perseguição , aquilo era uma coação para fazer com que as pessoas saíssem de lá."*

Com as enchentes de 77, 78 e 80, a procura pelos lotes cresceu, mas a SUDAM não dispunha de infraestrutura para atendê-los, não tinha lotes preparados, nem definições quanto aos preços dos lotes que dependiam do Conselho ou da Presidência da República.

Os lotes eram vendidos pelo contrato de cessão de uso, sua venda era proibida, a sub-locação e o pagamento das prestações eram feitos de acordo com suas dimensões, sua localização na folha e com relação ao eixo viário principal. Posteriormente o lote passou a ser vendido, não importando seu tamanho e localização. Independentemente da sua localização, o lote era vendido como popular e residencial. Os lotes comerciais só passaram a ser vendidos a partir de 1980.

De acordo com YOSHIOKA (1986), os espaços destinados aos moradores mais antigos de Marabá foram reduzidos nesse processo de distribuição dos lotes. A maioria ficou com funcionários e empregados de empresas como a CVRD e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), a Amazônia Mineração e também para o Exército, fato que resultou na invasão ao conjunto da Companhia de Habitação do Pará (COHAB) e aos canteiros centrais das vias e espaços reservados para a construção de praças e áreas de lazer.

Em 1981, já com total descontrole sobre a distribuição dos lotes e atendendo a pressões clientelistas, a SUDAM repassou para a prefeitura a responsabilidade de concluir a Nova Marabá. Até àquele ano o número de lotes residenciais liberados do total de 5490, foi 5165 unidades; dos lotes habitacionais entregues pela SUDAM, 3327 ou 64,41% foram destinados a instituições militares, bancos, empresas estatais ou para o Sistema Financeiro da

Habitação (SFH); 498 (81,24%) dos lotes para comércio e serviços, destinaram-se a entidades privadas, e 94 unidades (15,33%) para instituições públicas (TOURINHO, 1991).

Hoje a Nova Marabá é uma cidade inacabada. Do projeto inicial nenhum aspecto foi concluído. As vias continuam em sua maioria sem asfalto, a não ser por algumas melhorias pontuais feitas pela atual gestão municipal. As áreas reservadas para praças e parques se transformaram em imensas crateras ou foram invadidas.

Há grandes transformações em seu desenho urbano. Inicialmente de caráter comunitário ou individual, estas transformações foram assumidas pela Prefeitura, o que mostra o descontentamento geral com a cidade. Foram feitas ligações internas entre as folhas com a eliminação das "cul-de-sac"; a distribuição de comércio e serviços não se restringe aos CCS e NCS, mas sim, ao longo das vias principais e secundárias, distribuindo-se por toda a extensão da folha. Em muitos casos as construções não obedeceram o padrão de alinhamento irregular; ocupam todo o espaço do lote, sendo que, algumas habitações coexistem com pequenos comércios.

## PARTE II

*“ Achar palavras para o que se tem diante dos olhos - quão difícil pode ser isso! Porém, quando elas chegam, batem contra o real com pequenos martelinhos até que, como de uma chapa de cobre, dele tenham extraído a imagem.”*

**WALTER BENJAMIM**

# 1. A FORMA URBANA E O “LUGAR”

Para que possamos discorrer sobre a noção de lugar na arquitetura e no urbanismo, tal como esta nos chega hoje, precisamos nos reportar aos anos 60, pois foi nesse período, segundo ARANTES (1993), que as teorias sobre o lugar na arquitetura e no urbanismo se evidenciaram como crítica ao plano totalizante do urbanismo moderno e a descaracterização das individualidades, das peculiaridades de cada situação. Esta crítica pensava o lugar como uma resposta à esterilidade produzida pelos planos da cidade moderna. O embate era entre a afirmação do lugar como memória, história e tradição e a desistoricização que o moderno impunha. A busca de um significado, de um sentido histórico para a arquitetura, para o suporte e o local onde ela se construiria, enfim, para a própria cidade.

A reflexão sobre o lugar também pressupunha hipóteses e formulações sobre como retomar , através do desenho das cidades, o sentido que deixara de existir. Dessa maneira, a noção do lugar estaria ligada à configuração da cidade, à sua forma.



A forma urbana ideal passa a nortear todo o pensamento sobre a cidade. Mas a forma no urbanismo moderno não é apenas a busca da cidade social, política e economicamente viável. É também a busca por uma nova estética urbana. Busca que resultara da crise da cidade moderna - ou, a "crise da forma" (ANDRADE, 1992, p. 37).

Dessa crise derivaram várias propostas de desenho para as cidades que não revelaram a sociedade real, mas uma sociedade mediatizada pelo mito da utopia, aspiração de uma nova ordem, "utopia da forma, como projeto de recuperação da totalidade humana numa síntese ideal, como posse da desordem através da ordem" (TAFURI, 1985, p.38). Tais propostas eram derivadas da aceitação da forma urbana como expressão da visão de mundo oriunda do positivismo lógico e sua razão (SAMPAIO, 1990), considerando a cidade como redentora dos ideais de harmonia, ordem e igualdade.

Nesse embate da forma, três opostas concepções de desenho urbano formam núcleos de referências empíricas e imaginárias (...): "a regularidade e irregularidade do traçado urbano, a concepção de cidade a partir do fragmento ou como totalidade e as concepções a partir do 'genius loci' ou segundo a 'tábula rasa' " (ANDRADE, 1992, p. 39). Essas oposições foram deixando o campo teórico e se tornaram postulados e modelos em muitos países. No caso da Nova Marabá não é forçoso nos referirmos que, rompendo com o padrão urbano tradicional, "interrompendo o *continuum* da história, buscando fazer tábula rasa dos tecidos urbanos já constituídos" (ANDRADE, 1992, p. 41), o plano urbanístico - ressaltando suas especificidades - se inclui nessa temática.



Se a marca da urbanística moderna é a busca de novas formas urbanas, a característica do pensamento sobre a cidade contemporânea é a releitura das matrizes dessas propostas que se disseminaram em vários países, algumas vezes tardiamente. Uma destas é a perda do sentido do lugar na cidade do urbanismo moderno.

Na história recente do debate arquitetônico e urbanístico a questão do lugar aparece como uma manifestação que vai de encontro a algumas matrizes do movimento moderno como a universalidade de valores, dos homens, da vida. FRAMPTON (1980) se refere ao lugar como particularidades e qualidades que precisam ser reconhecidas e cultivadas, caso contrário acarretaria a perda de identidade cultural. Mas qual o estatuto dessa identidade? O que a define? Para GUTIÉRREZ (1989) (...) o essencial, aquilo que melhor qualifica a identidade, é o sentido de *pertinência*, de inclusão no todo. Pertencer, ser parte de algo comum sem no entanto ser passivo, porque para ele essa é uma atitude de evasão, transfere a identidade ao passado, reduzindo-lhe à mera nostalgia e lhe tirando toda a atuação social e cultural.

Nesse sentido o lugar a ser produzido por uma atitude de projeto não pode desconsiderar as características locais, o que ROSSI (1966, p.139) definiu como "um fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, pela dimensão topográfica, pela sua forma (...) e sua memória". O lugar seria então o espaço onde se reuniriam os significados essenciais do modo de vida de determinada realidade.

Porém, fazer de algumas definições um mote absoluto que justifique qualquer tipo de intervenção - "enclausuramento físico" e "enclave urbano", com, o estratégias de resistência cultural (PEPONIS, 1989), é na verdade uma idéia paradoxal. O lugar para se presentificar não necessita de muros e armaduras que contornem o espaço. Ele pode ser diluído, vazado, disforme. A idéia de lugar pode ser fortalecida e mantida nas condições modernas de vida em grandes áreas e que assegurem a atividade, o contraste visual e social, a interação de subculturas, a coexistência do antigo e do moderno, segundo BRIGGS (1968).

A noção do lugar está ligada menos a características dos acontecimentos, do que a possibilidades de vivenciar essas características no dia-a-dia da cidade: é o "lugar vivido". Ele é o elemento fundante do espaço. Na afirmação de LANGER (1989) o lugar no sentido não geográfico é uma coisa criada, um domínio étnico tornado visível, tangível, sensível. E como tal, ele é uma ilusão. Essa percepção do lugar como abstração e não apenas como um recorte do espaço físico que manteria algumas condições essenciais para caracterizá-lo como tal, seria para NORBERG-SCHULZ, (1980) o "espaço vivido".

AUGÉ (1994) considera que se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nesses termos consistirá em um não-lugar. Porém, acrescenta: "existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele (...). O lugar e o não lugar são antes polaridades fugidias: o primeiro nunca é

completamente apagado, e o segundo nunca se realiza totalmente - palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação" (*op. cit.*, p. 74).

Nessas reflexões sobre os possíveis significados do lugar, suas relações com as materialidades do espaço físico nos abrem caminhos para investigá-los enquanto representação no cotidiano, não apenas como objetualidades, mas como constante ir e vir, como a dinâmica da cidade. O lugar é construído e reconstruído incessantemente.

Essa concepção do lugar que carrega uma simbologia e que está "mudando de lugar" a cada momento, designado no sentido do momento, da ocasião, da oportunidade, é parte do pensamento de BENJAMIM que MATOS (1994) cita, no qual a sensação da *flanêrie* é o ápice desse sentimento de estar no lugar, de vagar sem compromisso, deixando a ociosidade captar as nuances da cena urbana. Embora hoje o sentido do *flâneur* não seja sua atitude perceptiva, mas sua marginalidade (BUCK-MORSS, 1990).

Não nos parece ilógico relacionarmos esses instantes de reflexões sobre o lugar, com as permanentes modificações que os ciclos das águas estabelecem na cidade de Marabá, determinando inconstância e nomadismo, produzindo diferentes lugares durante vários momentos no espaço e no tempo. Assim nos permitimos afirmar que se existem três formas urbanas diferenciadas no espaço, essas concretizam, ou antes, corporificam três momentos distintos de expressão do lugar, assumindo também diferentes significados.

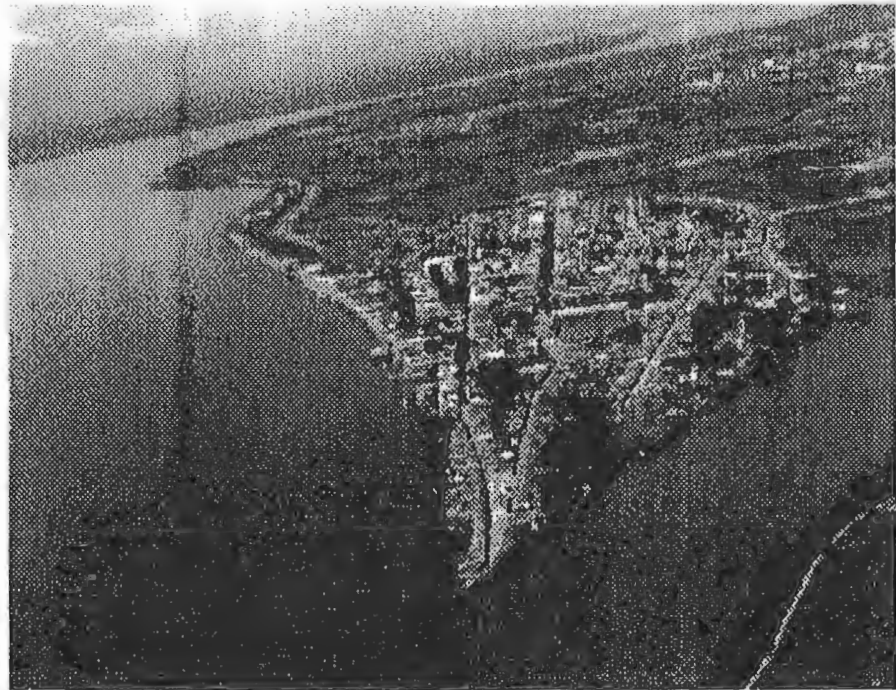
No campo de apreensão das imagens mediatizadas e determinadas por este ciclo e as diferentes configurações da cidade, não podemos simplesmente descrevê-las ou tentar aprisioná-las sob o nosso olhar, mas entendermos que essas visibilidades carregam especificidades e estão mais próximas do que DELEUZE (1987) citado por MAGALHÃES & ANDRADE (1989) define como complexos de ações e de paixões, de ações e de reações, de complexos multissensoriais que vêm à luz, e que para vê-las é preciso rachar as coisas, quebrá-las. É preciso também extrair das coisas e da vista as possibilidades, as 'evidências' próprias a cada extrato, a cada situação. É essa relação entre as visibilidades e as transformações, entre o aspecto material e o simbólico, ou entre a coisa concreta e as possíveis nuances que apresenta, a sua linguagem.

Para apreender essas visibilidades que não se resumem a objetos, uma outra visão se faz necessária, "uma visão que se atenha ao encanto oculto em impressões fugazes, detalhes arquitetônicos, lembranças, nomes (...)" (BRISSAC, 1988, p. 309). Assim, abrindo trilhas por esse caminho buscamos as imagens que se descortinam na cidade de Marabá.

## 1.1. VELHA MARABÁ

O relatório do primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá, expressa a forma da cidade:

*"A cidade causa grande impacto por seu aspecto urbano significativo e pelo resultado surpreendente da adequação do padrão xadrez tradicional ao estreitamento na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Considerando a situação imposta pelo varjão à leste, o desenvolvimento urbano de Marabá é quase uma façanha humana, (...). Seu traçado flexível, as variadas perspectivas das ruas, a continuidade do casario fazem de Marabá uma cidade real, vivida e muito bonita." (JOAQUIM GUEDES E ASSOC. 1973)*



A expressividade do desenho da cidade deve-se à sua localização privilegiada em termos paisagísticos: entre dois rios e cercada por imensa mata. A estrutura das ruas foi se moldando de acordo com a direção das margens dos rios, como se estes comandassem seu crescimento. A cidade surgiu do vértice onde há o encontro dos rios, que determinaram a expressão de sua forma, dando origem a um sítio físico peculiar. Nesse caso, a forma não é tão somente uma tessitura de funções, mas uma linguagem que se articula a todo um sistema simbólico (SAMPAIO, 1991),

As casas se voltam para as margens do rio Tocantins; do rio Itacaiúnas a cidade está de costas para ele, os quintais são os vizinhos mais próximos. Aí a contemplação do rio só é possível em época de grandes cheias. Ele é visível da cozinha das casas e os quintais se transformam em imensas piscinas naturais.

Saindo dos rios é fácil chegar à cidade. As portas abertas para o ele são muitas. Delas não se conhece obstáculos, estão constantemente receptivas. Talvez por isso suas águas se acham no direito de apossar-se de quintais, casas, ruas, praças.

O percurso à pé por toda a cidade nos revela um traçado homogêneo, nas ruas estreitas as marcas de um passado cultural diversificado. Na cidade não há dificuldade para seu reconhecimento. O sentido e orientação são claros e precisos. Mas apesar da precisão de seu traçado, da clareza de sua forma, não se percebe monotonia. Através da trama urbana que a partir do pontal se alarga em ruas de pequena extensão, com casas contíguas e de tamanhos regulares é possível descortiná-las sem dificuldades. As calçadas se alinham durante todo o trajeto, ora mais altas, ora mais baixas, porém sempre nos

aduzem a animação, o movimento, a vida. A paisagem se transforma e deixa de ser apenas paisagem, "porque a paisagem existe sem associações ou sínteses e para ser passível da paisagem é preciso se tornar impassível ao lugar" (BRISSAC, 1994). Essa forma então ganha novos contornos, imagens vivas e carregada de história. A cidade compacta, firme "abraça" o rio, em uma fusão de um só corpo de massa e líquido, unindo a solidez da cidade à leveza, à fluidez de suas águas.

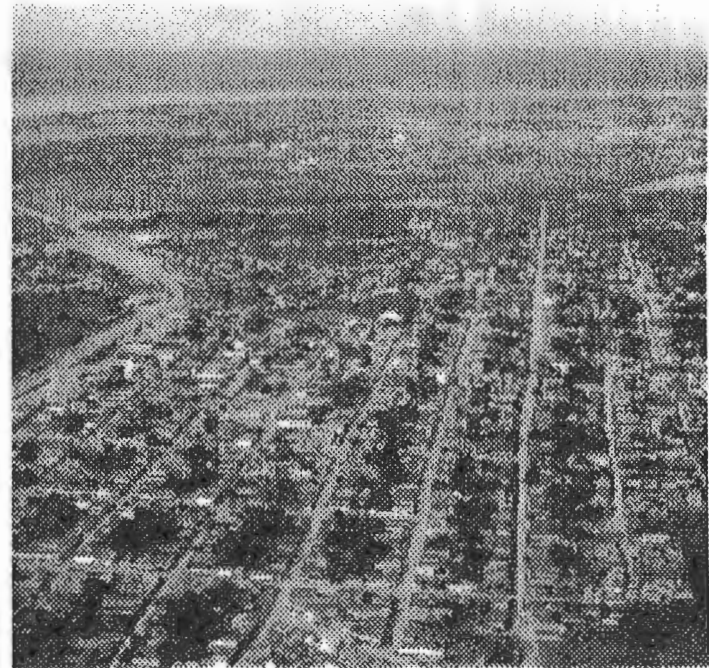
A avenida principal corta a cidade em toda sua extensão, da junção dos rios até unir-se à rodovia. Nela se concentra o movimento, as cores das fachadas, o verde das árvores e o burburinho do comércio; os rostos cansados, os olhares pensativos das pessoas nos bancos do canteiro central. O movimento é entrelaçado com o ar melancólico de um quadro apreensivo e às vezes de uma passividade conscientemente cultivada. A forma da cidade se revela nesses pequenos fragmentos que percorremos procurando compreender aquilo que faz da paisagem da cidade um lugar.



## 1.2. CIDADE NOVA

Nos deslocando até à margem esquerda do rio Itacaiúnas chegamos ao Complexo Integrado Cidade Nova: vários bairros surgidos na sua maioria na década de 70 e 80, todos com a mesma configuração espacial, nos quais a regularidade predomina.

A dinâmica urbana e o cotidiano nesses bairros se assemelha muito à Velha Marabá. São em alguns aspectos, uma continuação da Velha Marabá, mas sem a interferência do rio. Localizados muito acima da cota em que se situa a cidade velha, o rio se faz presente em épocas de grandes cheias. A cidade é invadida pelos desabrigados, fugindo das águas. É a "presença pela ausência" parafraseando a fala de DELEUZE citado por BRISSAC (1994).



A feição desse núcleo não reside na evocação do novo que seu nome anuncia, mas nas fusões entre novo e velho, em objetos, sons, cores.



A forma urbana não foi produzida e nem articulada segundo variáveis naturais, mas configurou-se a partir de determinações e padrões institucionalizados, embora a Vila Amapá, primeiro bairro desse núcleo, tenha surgido às margens do rio Itacaiúnas. A partir da criação e da concentração dos serviços nos novos bairros, essa vila perdeu sua importância.

Convivendo com ondas de violência, tanto mais acirradas quanto o surgimento de novos bairros, nesse núcleo sente-se mais fortemente os "conflitos rurais no urbano" (VICENTINI, 1992, comunicação oral), pois o grande contingente de migrantes que se dirigiu para a cidade se instalou nesse núcleo, pelas oportunidades de moradia e de sobrevivência com trabalhos informais. Alguns não conseguiram se estabelecer através do trabalho e acabaram vivendo à margem da sociedade.

O aumento desses conflitos se refletiu em alguns momentos nas formas de viver na cidade. O ambiente se tornou mais hostil, as formas de utilização dos espaços públicos e de manifestação dos espaços privados, se distanciaram da espontaneidade e liberdade que, nesse momento, ainda se fazia presente na Velha Marabá.

Apesar da previsibilidade cartesiana de suas ruas, deparamo-nos em cada esquina com carrinhos de mão expondo frutas, bicicletas "estacionadas" nas calçadas, varais de roupas que se voltam para as ruas, alto-falantes que a todo instante emitem músicas e notícias, antenas parabólicas que se destacam de pequenas casas de porta e janela, jogos de fliperamas agitam as tardes de meninos e meninas; rostos suados que são as faces expostas ao sol e ao trabalho, porque "se o rosto pode ser apreendido na paisagem, a paisagem também pode ser captada no rosto humano" (BRISSAC, 1994, p. 303), tornando visível a face do lugar.

Aqui o casario já não se alinha uniformemente como na cidade velha e as fachadas não se mostram nem se evidenciam ao primeiro olhar, é preciso buscá-las atrás das grades e muros. No entanto, essa alternância e porosidade traz também uma dinâmica e um desequilíbrio que, principalmente nos bairros mais recentes, faz com que o ambiente naturalmente opaco se torne mais vivo. Percorrendo as ruas a cada instante podemos nos deparar com um tráfego intenso ou com um grupo de crianças jogando futebol; um carro importado e um carro puxado a burros. Os indícios do que nosso olhar de imediato não poderia reter ficam nos pequenos gestos. Através da trajetória uniforme das ruas nos é mostrado um mundo por trás daquele não apreendido pela "ditadura da visão imediata" (BRISSAC, 1994, p. 309).

### 1.3. NOVA MARABÁ



Nesse núcleo, outra dimensão espacial, novas visualidades e visibilidades se colocam ao olhar. A forma urbana concebida descortinou novas imagens. As diferenças ficam claras desde a nomenclatura utilizada para os elementos da cidade: vias, folhas, quadras, lotes. É uma evidência de que se procura operar nas mentalidades outros referenciais, partam eles dos conceitos ou das coisas em si.

Essa observação já foi feita por SITTE<sup>1</sup> (1993), referindo-se ao quarteirão que chamou de

sistemas modernos: “...o uso do nome de ruas foi considerado supérfluo, e assim, dependendo da direção, eles são designados por letras ou números”.

---

<sup>1</sup> SITTE, C. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. Ed. Ática, São Paulo, 1993.

Planejada para servir como paradigma, mas não seguindo modelos técnicos como está exposto no plano, a cidade sobre a qual se debruçaram os planejadores colocando cada curva em seu devido lugar é, na verdade uma forma labiríntica, na qual perder-se é fácil. O labirinto é a fala metafórica que se ajusta aos "descaminhos" da cidade. O mito do labirinto é um texto de dupla face. Aqui, como na "metrópole moderna, as conotações do labirinto mítico ressoam como a complicação do plano e a dificuldade do percurso. E invertendo-se uma das interpretações do mito, o labirinto aqui não é a trilha para chegar-se ao centro, é antes, marca da dispersão... (GOMES, 1994, p. 63).

A rua sem esquinas mudou hábitos e transformou rituais como a tradicional festa do Divino, cujos componentes não conseguem seguir seu trajeto sem algumas voltas pelo mesmo lugar.

A nova ordem urbana produziu novas particularidades, novos lugares dentro da cidade. São lugares as áreas ociosas, vazios que foram ou estão sendo alvo de invasão pela população; os canteiros centrais que se tornaram novos espaços de sociabilidade. Mas ao mesmo tempo são lugares esteréis, são apenas paisagens.

As construções aqui seguem um outro ritmo. Ou antes, não seguem um ritmo, são feitas como que ao acaso, apesar de originárias de um plano urbanístico. Esse acaso que deveria significar uma dinâmica, se torna uma repetição. Assim esse labirinto é o que GOMES (1994, p. 64) se refere como "o lugar do descartável e do novo e sempre-igual". As folhas são semelhantes, a cidade é uma multiplicação dos mesmos espaços, embora esses espaços possuam a mesma configuração, sua fixidez não se faz de maneira fácil pelo usuário.

A forma urbana da cidade planejada também assume diante de todo um pensamento que define cidade, um sentido desestruturador, no qual ela é vista como uma não-cidade.

Do seu desenho, revelam-se aspectos contraditórios, mas complementares: um é a anulação do passado através de uma estrutura urbana "inovadora"; por outro lado esse desenho quer ser o resgate do passado, de uma história, buscando em um elemento regional, a identificação da população com o espaço projetado. Curiosamente para sua construção, foram sacrificados castanhais nativos localizados na área.

Podemos dizer que há duas cidades sobrepostas. A cidade do cotidiano, aquela que os homens fazem e refazem, e aquela que sobrevive em seus resíduos que é a cidade pré-concebida. No entanto essas duas imagens formam um único espaço, embora materialize lugares vários e diferenciados. Nesse mosaico de imagens, a cidade planejada é parte de uma estrutura urbana fragmentada, na qual sobrepõem-se três malhas urbanas diferenciadas e uma infinidade de visualidades em uma mesma realidade sócio-cultural pré-existente.

## 2. A FORMAÇÃO DE NOVOS LUGARES

No final dos anos 80, Marabá começou a viver mais fortemente em seu cotidiano as mudanças que se iniciaram no final da década de 60, caracterizada anteriormente por uma ambiência historicamente assimilada, mas que carregava um sentido próprio, daí seu valor histórico, estético e cultural. Essas mudanças trouxeram a perda de significados e a aquisição de outros ao longo dos últimos anos. Na produção e utilização dos elementos estudados: a casa, a rua e o rio, configuram-se novas áreas no espaço da cidade, novos lugares.

## 2.1. A CASA

A trajetória que iremos percorrer, é aquela onde a casa se relaciona com cada instante da imaginação do homem, evocando abrigo e conformando também o que nos termos bachelardianos é todo um universo, um cosmos, cujo significado está além de uma descrição minuciosa de suas formas.

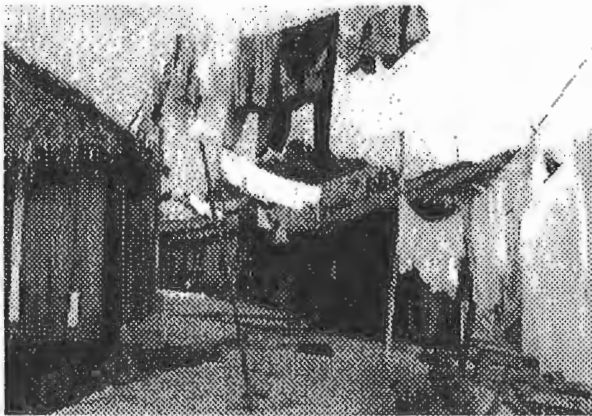
As metáforas que a casa sugere estão exteriorizadas não apenas em sua fachada, em seus elementos formais, mas na relação desses com a própria história de vida de seus moradores. Essa "força de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem" (BACHELARD, 1989, p. 26).

Bachelard nos coloca duas temáticas: uma imagina a casa como um ser vertical. Ela se eleva. Se diferencia no sentido de sua verticalidade, é um dos apelos à nossa consciência de verticalidade; na outra a casa é imaginada como um ser concentrado. Ela nos leva a uma consciência de centralidade. Nesse arcabouço, ela é ao mesmo tempo um canto de intimidade, mas é também o transitório, a passagem que nos unifica aos demais indivíduos. A metáfora essencial da casa-mundo, aquela que se eleva, que se torna mais ampla e generalizável, e a casa que condensa pequenos mundos, que envolve o homem, que recobre seus medos e suas angústias. É nesse sentido, mais que na classificação definitiva de suas partes formais que se pretende buscar a compreensão do significado da casa na cidade Marabá.

De acordo com a periodização proposta nessa pesquisa, três momentos caracterizam a produção da casa na cidade. À produção de um novo espaço privado estão subjacentes as visões culturais e modelos absorvidos. Interessa-nos saber quais características estão presentes na constituição dessa linguagem, que não pode ser pensada tão somente a partir de sua configuração físico-espacial. Nesse sentido, a casa

no contexto da cidade de Marabá está intimamente relacionada com outros elementos que compõem a paisagem e com a atitude de seus moradores com relação a ela, com todo o quadro cultural da cidade. Dessa maneira não é no aspecto formal que a casa adquire maior expressão, mas nos detalhes que compõem a sua construção e as possibilidades de comunicação que os moradores estabelecem entre ela e o exterior.

Nesses pequenos gestos que muitas vezes passam despercebidos aos passantes estão a verdadeira originalidade dessa comunicação e que o olhar mais apressado não consegue captar. Vê mas não apreende. Como nos disse CALVINO (1991, p. 17), "os olhos não vêem coisas mas, figuras de coisas que significam outras coisas."



O primeiro momento, os seus primeiros anos de fundação se caracteriza por uma tipologia habitacional que evidenciava o uso de elementos como a palha de babaçu, madeira, e barro. Esses eram materiais básicos utilizados nas casas que se localizavam nas margens dos rios. À medida que se afastavam essa tipologia adquiria novos materiais como o tijolo de barro, fabricados nas olarias própria cidade.

Mas não existia uma distribuição padrão dessas construções, que seguiam as necessidades e possibilidades do morador (MAZZA et al, s.d.). Essas casas, quase sempre de dimensões constantes, as



folhas de babaçu eram amarradas com barbantes ou com cipó chamado "embira". As paredes internas eram de palha, geralmente até dois metros de altura, com portas e janelas também de palha.

A casa nesse momento não era um local de reunião da família, mais um abrigo contra as intempéries, pois a vida social era desenvolvida mesmo na rua (MAZZA, *op. cit.*). A rua e a casa eram interdependentes. A principal evidência dessa ligação era a porta de frente da casa constantemente aberta, como um convite à vida na rua.

O processo de ocupação em Marabá se deu a partir das margens dos rios e as primeiras construções erguidas refletiam a disponibilidade de material existente e eram basicamente compostos de elementos locais como a folha de babaçu, a taipa de mão e de pau-a-pique. Essa habitação também refletia as condições e posições sócio-econômicas dos segmentos sociais. Assim, a casa dos caucheiros e posteriormente dos trabalhadores da castanha não apresentavam uma elaboração formal, ao contrário das residências dos patrões.



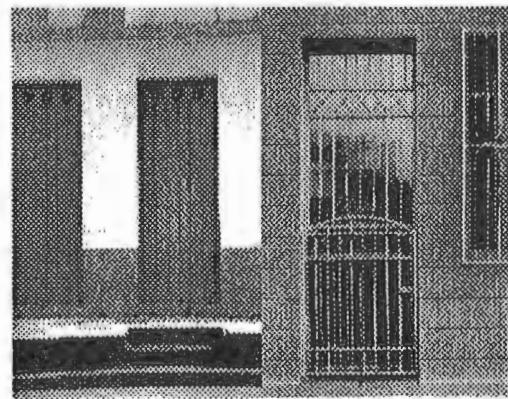
À medida que se distanciavam das margens, as construções tornavam-se mais elaboradas e observava-se a utilização de soluções usuais da platibanda e de cores mais vivas nas fachadas das casas. Nos anos 50, a abertura das estradas trouxe o acesso mais rápido e fácil aos novos materiais de construção, possibilitando o emprego de uma maior variedade. Surgem então as janelas de vidro e alumínio, a

proliferação das grades de ferro - ajudadas pelo aumento de assaltos na cidade - enfim, novas formas de construir.

Mas esses materiais não trouxeram apenas modificações nas tipologias, mas também na possibilidade de trocas que se estabelecia entre as pessoas, e esses elementos - detalhes arquitetônicos como portas, janelas, calçadas.

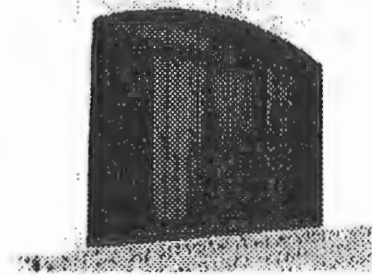
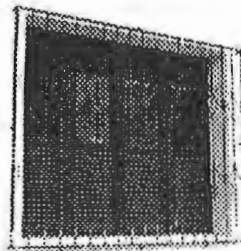
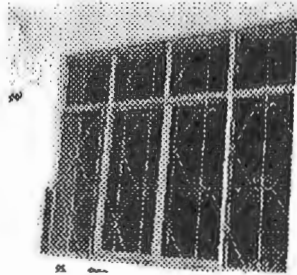
Da porta se pode ver o exterior, e ser visto dele se nos colocamos no seu umbral. Ela representa momentos opostos da morada do homem: é a abertura e fechamento para o outro, ou nas palavras de BACHELARD (1989) esquematiza duas possibilidades fortes: às vezes está bem fechada, outras escancarada. Para ele, a porta proporciona as imagens da hesitação, da tentação, do desejo, da segurança, da livre acolhida, do respeito. A porta pode servir como espaço ampliado de todas essas possibilidades ou limitá-las. No espaço arquitetônico da casa ela pode incorporar outras dimensões. Ser lida a partir de sua localização, medidas, função. Esses elementos podem alterar algumas possibilidades de utilização da porta, e das relações de dentro/fora, público/privado.

Em Marabá, torna-se cada vez mais visível mudanças nesse sentido. Embora não tenha havido deslocamento da casa em relação à rua, a distância entre elas aumentou. A porta se tornou um obstáculo à visão da rua, aos vizinhos, ao desenrolar do cotidiano, o olhar tornou-se sorrateiro, limitado. O hábito de deixar a porta permanentemente aberta não existe mais. Por outro lado as grades de ferro e a diminuição das portas nas fachadas



também modificou essa relação com a rua.

O uso da janela também passou pelas mesmas transformações. Nesse caso, o prazer de observar o exterior sentado em seu peitoril é impossível. As grades se encarregam de impedir. O ângulo de visão da janela também se reduziu, pela introdução desse elemento e por uma diminuição do vão, muitas vezes, para adequar a colocação de novas esquadrias de vidro e alumínio.



Nesse momento de construção de novos espaços, sejam eles privados ou públicos, a casa talvez tenha assumido um lado mais íntimo, já não se pode falar que ela seja apenas um abrigo contra as intempéries, mas um abrigo aos perigos que a cidade impõe.

Assim como o quintal hoje talvez seja um espaço não utilizado com tanta frequência, porque nele também há a exposição ao estranho, ao outro que ameaça. Dessa forma, o universo de deslocamento disponível para o morador na cidade se reduz, - embora não tenha havido uma redução no espaço físico - na medida em que ele inibe e intimida as pessoas de se apropriarem livremente dele.

Essas considerações podem ser estendidas a qualquer um dos núcleos. No entanto, há sensíveis alterações quando se pensa na cidade planejada. Lá a dinâmica do espaço exige uma outra interpretação, porque a cidade se originou a partir de um plano, desenhos que estão concretizados hoje. Não houve uma forma de uso anterior que foi modificada. Ela sempre foi o que se vê hoje. Se o parâmetro de comparação é a cidade velha, ela foge a essa referência. As casas em sua maioria foram construídas sem calçadas, com recuos frontais e laterais. Poucas são geminadas, e a disposição dos elementos nas fachadas se dá de uma outra forma. Assim, podemos perceber que as formas de uso da porta, janela, da calçada, não possuem as características da cidade velha. Não há com relação à casa e seus elementos e desta com a rua, a constituição que há na cidade velha.

## 2.2. A RUA

Uma reflexão sobre a rua requer uma outra sobre a dimensão de seu significado. Das comunidades primitivas às vias haussmanianas da Paris do final do século passado, a rua representa uma ligação, seja do homem com seu lado místico ou com a razão funcionalista.

É a partir das formulações do CIAM de 1933 que a rua passa por redefinições encampadas pelas concepções modernistas de cidade. "Os caminhos de asnos" (Le Corbusier) das cidades medievais são colocados em questão e a rua tradicional é duramente criticada pelos modernistas por considerarem-na "como um impedimento para o progresso, pois não é capaz de acomodar as necessidades da era da máquina, e por outro lado a rua é encarada como um foco de doenças" (HOLSTON, 1993). A rua concebida pelo urbanismo moderno, é a da velocidade, a via expressa que prioriza o tráfego de veículos. É com esse modelo de rua que o planejamento urbano moderno vai trabalhar e concretizá-lo em cidades novas em várias partes do mundo.

Para SENNET (1993) isto engendrou no século XX a idéia de uma vida pública como derivada do movimento causado pelo automóvel e o espaço da rua urbana se tornou sem sentido, até mesmo endoidecedor (...). Embora hoje na metrópole moderna a velocidade possa estar sendo superada pela noção de simultaneidade.

Sob esse ponto de vista, da rua como um canal prioritariamente para o tráfego de veículos, o plano urbanístico de Marabá nos mostra seu viés modernista. No núcleo planejado da cidade, a rua adquire uma nova dinâmica na concepção do desenho implantado e na sua relação com a casa e com a rua. Na cidade não-planejada essa dinâmica tem elementos que assumem significados diferentes na cidade planejada, seja por diretrizes estabelecidas no plano, seja por condições impostas pela topografia local. As habitações construídas com afastamentos laterais e frontais; declividades do terreno e a disposição irregular e sinuosa dos lotes proporcionam nova configuração às ruas.



As vias principais e secundárias com grandes larguras e extensão enfatizam a circulação de veículos. Nesse aspecto a cidade é uma "virada do avesso", um total antagonismo com a cidade velha" (HOLSTON, 1993, p. 60). Enquanto na cidade velha os limites entre a casa e a rua são mais fluidos, a calçada é um elemento integrante da casa e a mediação para o espaço público da rua, na cidade planejada a noção de liminaridade e de ligação com a rua que a calçada propicia é quase ausente ou não foi considerada no plano. Assim o hábito de colocar cadeiras para conversas nos finais de tarde se tornou escasso.

Esse não reconhecimento do limite entre o espaço público e o privado conduz a uma dupla definição do papel da rua, ela assume um sentido não público mas ao mesmo tempo não privado, conferindo-lhe uma

natureza ambígua, conduzindo-a em momentos alternados a uma publicização do privado e uma privatização do público" (VICENTINI & RIZEK, 1992, p.123)

Nesse sentido, a sucessão de significados que se forma entre rio, casa e rua altera-se de acordo com o grau de relevância que cada um desses elementos adquire na cidade nova e de acordo com a interligação entre cada um deles. Nesse campo de possibilidades visuais que o novo arranjo urbano proporciona, só uma dialética constante pode fazer a aproximação entre o que se diz e o que se vê, - porque "por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem" (FOUCAULT, 1991, p. 25), ou seja, o sentido da relação da casa, rua e rio como um movimento de constante interação.



Assim a casa e a rua estabelecem um movimento que produz manifestações e configurações - embora não sejam expressões legítimas do modo de vida local - são as que devemos considerar, pois é a fusão entre essas e as assimiladas pela recente história de Marabá que constituem sua complexa feição urbana.

O espaço da rua é o lugar onde novos "lugares" são produzidos. Esses não são apenas nichos onde novas formas de sociabilidades são introduzidas, mas também onde essa sociabilidade não se estabelece, como nas áreas ociosas, nos vazios ou mesmo nas próprias ruas. O lugar é construído porque ele também é um "entre dois", tomado pelo vazio, por falhas (...) e pode deslizar para deslocar, mudar de caminho" (MATOS, 1994, p. 189). Nessa medida, os três núcleos urbanos aparecem-nos como "coleções de lugares" (BRIGGS, 1968, p. 78), onde novos lugares são estruturados a cada momento.

Enquanto nos dois outros núcleos, o espaço da rua, pedaço que está tomado pelo uso, as formas de apropriação se redefinem a cada momento e a rua se torna um espaço de variados eventos, a rua na cidade planejada redefine um padrão de uso que é direcionado por seu traçado e por sua extensão. Na Nova Marabá não há esquinas e aquela parada costumeira para conversas se faz agora embaixo de uma árvore (quando existem) ou de uma cobertura qualquer, porque a rua foi concebida como um lugar de passagem e não de convívio e interação.

No Complexo Integrado Cidade Nova, a rua possui características que não diferem muito da dinâmica na cidade velha, ainda que sua produção tenha sido a partir de mecanismos que não a ocupação espontânea. Ou melhor, ela apresenta características da cidade velha e da cidade planejada. Ao mesmo tempo em que há um uso que dinamiza os espaços públicos, esse uso se faz de forma menos intensa, por razões já tratadas em itens anteriores.

Quando falamos na formação de novos lugares, a rua nos apresenta sua dupla face: a humanizada, e aquela em que podemos reconhecer suas características apenas através de seus contornos materiais. Dessa maneira, nos chegam imagens múltiplas, ora carregadas de opacidade, de ofuscamento: nada se



distingue, porquanto nada se sobressai na paisagem. Assim percebemos o núcleo planejado. Cidade (espalhada) em terreno acidentado. Ruas emaranhadas em um labirinto onde o sentido do "perder-se" benjaminiano adquire outra conotação. Nele, fácil é perder-se mas não menos fácil que essa tarefa se torne desagradável.

O sentido perspectico que nos mostra o casario da cidade velha, nas ruas estreitas mas de contorno e forma definidos, não produz na cidade monotonia e repetição, mas particulariza e ressalta sua configuração original, característica que embora presente no Complexo Integrado Cidade Nova, se traduz em previsibilidade.

### 2.3. RIO

Se “os eventos históricos não existem por si só, não existem como dado natural, mas sim são históricos conforme a trama a qual eles pertencem, e haverá tantas tramas quantas nós quisermos”, conforme nos diz De Decca (1991), o rio nesse enredo amazônico está no mesmo nível de importância da casa e da rua, e atua como um dos protagonistas da história de Marabá.

O desejo do banho, a necessidade de suas margens para lavar roupas, sua calma e profundidade para a navegação. O rio é a paisagem amazônica. A geografia não basta para classificá-lo. A extensão do significado de suas águas está além dos seus tributários, reside essencialmente em sua importância cultural.

Desde os primeiros exploradores do "Mar Dulce", das expedições que revelaram a infinitude de furos, igarapés e paranás, a imagem do que são as cidades da Amazônia não se reflete em suas águas, são elas mesmas, o próprio curso do rio.

A importância do rio na região produziu ao longo do tempo a chamada cultura dos rios. Ela é temática recorrente nas mais diversas manifestações artísticas, como a poesia, as artes plásticas e a música:

*"... e o amor é um rio, profundo rio de muitos sinais, onde os barcos passam conforme o vento deseja e faz..."<sup>1</sup>*

Na expressão do puro sentimento ribeirinho, o poeta fala da presença do rio na vida do amazônida, ele é o grande caminho que os leva a seu destino.

*"Essa massa líquida cinde a terra, forma incontáveis arquipélagos, abre lagos imensos, divide-se em Igarapés, furos, paranás, Igapós, afoga ilhas, cria florestas flutuantes, espraia-se em belas avenidas fluviais. Passam nativos em suas Igaritês, turcos mascates, em suas canoas que são como lojas ambulantes, (...) o rio é portanto a grande via, a praça dos encontros."<sup>2</sup>*

*"Esse rio é minha rua, minha e tua mururé, \*piso no peito da lua, deito no chão da maré."<sup>3</sup>*

Buscar nos rios o que o movimento de suas águas provocam, "procurando a realidade sem abandonar as sensações"<sup>4</sup>. A flexibilidade que as variadas dimensões, cores, densidade, e moldura dos

<sup>1</sup>Nilson Chaves/Vital Lima - Flor do destino

<sup>2</sup>HENRIQUE, W. (1989). Só Deus sabe porquê. Belém, SECULT/Gov. do Pará.

<sup>4</sup>Planta aquática da região amazônica

<sup>3</sup>BARATA, R. Esse rio é minha rua.

"caminhos líquidos" da amazônia proporcionam ao olhar é aquela que a percepção consegue mais facilmente identificar como os estados da alma. Assim um passeio por um furo ou igarapé, com densas coberturas vegetais nos dá a sensação de aconchego; do mesmo modo que a imensidão de margens distanciadas nos intimida, nos diminui e amedronta.



A cidade de Marabá nasceu a partir do rio. Durante longo tempo ele permaneceu ali, intocado, puro. Inicialmente só um caminho que facilitava o escoamento de riquezas, o rio se tornou parte do cotidiano da cidade. E na fluidez de suas águas surgiram as balsas, batelões, pentas e "voadeiras"<sup>4</sup>. Nesse ir e vir cotidiano, os momentos de festas, de comemoração, eram a chegada de mercadorias, de pessoas queridas, aguardadas ansiosamente ou a rápida travessia para a praia nos meses de julho a outubro.

Nos anos em que a cidade esteve enquadrada como *Área de Segurança Nacional*, suas águas serviam como treinamento militares que se tornavam um espetáculo a "rio aberto".

As aproximações entre as águas e seu significado de sacralidade e profanidade, têm no rio uma metáfora interessante. Os cristãos já utilizavam o rio para realizarem o batismo; assim como na Índia os hindus jogam os corpos de seus mortos nas águas do Gânges. O sagrado e o profano se confundem. Em suas águas, o rio a todos acolhe.

---

<sup>4</sup>PONTY, M. M. (1979). A dúvida de Cezánne. Os Pensadores, v. XLI, São Paulo.  
 Denominação utilizada na região para se referir às lanchas.

A importância dos ritos sagrados e suas manifestações estão nas inúmeras procissões fluviais que ocorrem durante o ano nos vários rios da Amazônia. O rio eleva os sentimentos de fé de todos: homens, mulheres, crianças.

Por outro lado, há um "sensualismo primitivo"<sup>5</sup>, onde a necessidade de sentir diretamente, de tocar, suplantam o prazer de ver. No rio esse sensualismo é o próprio banho. É também a busca de uma pureza que não a da alma, mas do corpo.

Na cidade planejada, esse caráter sublimado do rio, está ausente. A transparência e leveza das águas foi substituída pela estrada de chão batido. Ainda que próxima fisicamente do rio, a cidade se fecha a ele e se integra às rodovias. O rio não faz parte do cotidiano da cidade. Como nos falam os versos do poeta:

*"A cidade apartada não pode ver o rio. Como uma casa fechada em busca de si mesma, por entre cinzas de um altar em chamas. Uma casa latejando em memórias. Como um rosto sem face a cidade destruída não pode ver o rio."*<sup>6</sup>

Um trecho do Plano de Expansão Urbana de Marabá é esclarecedor quanto a *irrelevância* do rio na cidade planejada:

---

<sup>5</sup>BACHELARD, G. (1989) *op. cit.*

<sup>6</sup>LOUREIRO, J. de J. P. (1993). *O artesanato das águas*. Ed. NUAR/CEJUP, 1993, Belém.

*"as razões que levam essa população procurar as margens dos rios (economia de subsistência e transportes fluviais) deverão desaparecer a curto prazo, face ao potencial oferecido pelas rodovias no tocante a mercado de trabalho, transporte comércio, serviços etc, com reflexos sobre a forma como essa população se urbaniza. "(PEUM, 1976, p.114)*

E deslizando no seu sossego, pelas águas ensinadas, ainda que subindo e descendo de nível quando necessário, enquanto os homens cometiam seus desvarios<sup>7</sup>, o rio se metamorfoseia. Desde sua primeira enchente em 1906, alternando permanência e inconstância, ele constrói no cotidiano, as partidas e as chegadas, o abandono e o reencontro. É na subida de suas águas que ele adquire dupla feição: é o rio-rua, fato comum em terras amazônicas.

Espaço disputado por canoas, barcos, pessoas e casas, vagorosamente vai transformando todos em quase nômades. Mas o capricho das águas não intimida seus moradores. A cheia é menos uma tragédia, que uma visão lúdica, que durante quase seis meses transforma a vida de todos. A pracinha principal da cidade se tornava uma piscina pública, misturando barcos que se tornavam provisoriamente a moradia de muitas famílias, crianças brincando e banhistas.

O ciclo das cheias e das vazantes determina toda a trajetória temporal da vida nas cidades da amazônia. Em Marabá, esse movimento se dá de maneira calma, vagarosa. O rio vai lentamente penetrando nos quintais, e ao mesmo tempo nas ruas, chegando de mansinho aos cômodos das casas. Mas ele não é um

---

<sup>7</sup>BACHELARD, G. (1989). *A água e os sonhos*. São Paulo, Martins Fontes.

visitante que chega sem avisar. De suas cabeceiras vem o prenúncio. Chuvas no rio Araguaia é sinal de enchente. Porém, os moradores só saem de suas casas quando o último cômodo é "banhado" pelas águas. Se ainda houver algum parente ou amigo cuja casa situe-se em um local mais alto, mudam-se para lá. Caso o rio chegue até lá, outra mudança é feita. Esse ritual repete-se todos os anos em que há enchente, como um fato natural.

O tempo cronológico de Marabá é essencialmente definido pelas águas dos rios. Escolas fecham, horários de trabalho são alterados enquanto o rio lava a cidade. Durante alguns meses do ano, a cidade é uma matéria líquida onde se sobressaem os telhados, as antenas de TV, a última castanheira.

Mas tão logo a cidade ressurgemorna e abatida as pessoas voltam com a obstinação de sempre. Lavar paredes e pisos, trocar telhados, reacomodar a vida. Esperando que no próximo ano o rio lhes presenteie apenas com as águas das tardes ensolaradas e que despertam as belas expressões do poeta:



*"Ao entardecer o Tocantins em chama à plena luz do sol que se afoga, tem, no abandono de sua água a mesma plenitude que me dana. Sou luz e dor à tona água."<sup>8</sup>*

O rio também inspira momentos de solidão, de uma calmaria melancólica. Mas nem assim ele adquire fragilidade. Como a melancolia das águas de BACHELARD (1989), ele não traz a

<sup>8</sup>BRAZ, A.(s.d.). *Esta terra*. Neográfica, Belém.

tristeza, o desespero, mas uma sensação de tranquilidade.

*"Reencontro sempre a mesma melancolia diante das águas dormentes, uma melancolia muito especial que tem a cor de um charco numa floresta úmida, uma melancolia sem opressão, sonhadora, lenta, calma." <sup>9</sup>*

O universo singular, vasto e potencialmente rico em mitologias, em figuras lendárias, o rio na Amazônia é por isso mesmo seu grande repositório cultural, merecendo assim a mesma importância que qualquer outro aspecto que forma as cidades na região.

---

<sup>9</sup>BACHELARD, G.(1989). *A água e os sonhos*. São Paulo, Martins Fontes.



## CONCLUSÕES

No decorrer do trabalho procuramos um caminho que nos mostrasse a cidade sob um olhar estrangeiro, "capaz de olhar as coisas como se fossem pela primeira vez e de ver histórias originais" (BRISSAC, 1994). Talvez não tenhamos abarcado a completude dos quadros dos lugares, (ou essa seja uma tarefa impossível) mas buscamos "falar", através de imagens e de palavras, sobre a realidade do imenso mundo amazônico.

Apesar da desestruturação de uma formação urbana tradicional, não houve destruição total do modo de vida na cidade de Marabá. Na verdade, não só em Marabá, mas nas cidades da amazônia brasileira, de maneira geral, ainda persistem as tradições, os mitos, as especificidades, embora sobre uma nova realidade e em níveis variados. Sobre uma cultura hegemônica, agora mais fragilizada, sobrepõem-se outras culturas, fundindo o moderno e o tradicional nas cidades das chaminés e dos campanários<sup>1</sup>, sinais da modernidade nas palavras de Starobinski (1994).

---

<sup>1</sup> Em recente tese de doutorado defendida por VICENTINI (1994), foram colocadas essas questões. A citação de STAROBINSKI (1994) refere-se como a modernidade expressa-se na justaposição do impulso vertical das chaminés e o dos campanários. No caso amazônico, também os grandes empreendimentos industriais coexistem com as mais rudimentares técnicas de trabalho e de maneiras de viver.

Se por um lado é inconcebível creditar essas transformações somente às intervenções dirigidas no espaço urbano, via ações externas, por outro é inquestionável o recrudescimento das transformações proporcionado por essas intervenções, que podem ser entendidas a partir de dois pólos: 1) a construção da Nova Marabá, como sendo um dos elementos que contribuíram para as mudanças nos modos de pensar e agir sobre a cidade; 2) a ação inevitável da história, ou seja, a convergência de vários fatos como a abertura de estradas, a inserção de novos meios de comunicação, a instalação dos grandes empreendimentos.

As imagens que nesse momento formam o ambiente urbano de Marabá são obra de encontros de universos culturais distintos, fomentados por fatores políticos, sociais e econômicos<sup>2</sup>, que ao longo dos anos foram moldando outros "lugares", nos já existentes. Dessa fusão produziu-se uma cidade múltipla, que, mesmo possuindo em seu conjunto uma aparência desordenada, não é mais que a manifestação de uma ordem - a de seus habitantes. São lugares apreendidos em suas variadas nuances, quase nunca vistos a "olhos nus", ou antes, só captados quando se conjugam o racional e o sensível, palavras e imagens.

Ainda são presentes as marcas de um passado recente de medos e conflitos - nas ruas, no semblante e nas atitudes das pessoas. No entanto, também notamos a persistência

---

<sup>2</sup> Segundo FERRARA (1993), as transformações do espaço social apreendida em suas imagens constitui uma representação mediadora das próprias categorias explicativas das demais ciências, ou seja, aquelas categorias se concretizam, se tornam coisas através das suas imagens.

e a intenção restauradoras em busca de uma nova realidade: a procura de uma cidade mais digna, que também se expressa nos gestos às vezes imperceptíveis de apropriação de seus espaços; nesses gestos que fazem os elementos (casa, rua, rio) adquirirem diferenciadas facetas nos três núcleos urbanos dos quais é constituída a cidade.

As duas hipóteses que enunciamos no trabalho - o *plano de expansão urbana* como fator determinante à reprodução de um novo padrão urbano; e as *transformações da casa, da rua e do rio* nesse novo espaço configurado (em seu uso, forma e conteúdo simbólico) - foram ao longo da pesquisa sendo diluídas e entremeadas. Percebermos que uma não pode ser postulada sem a outra, da mesma forma que os significados de cada um dos elementos (casa, rua e rio) variam na medida da sua disposição física em cada arranjo urbano.

As mudanças nos atributos formais da rua, da casa e de seus componentes - janelas, portas, calçadas - ficaram evidentes quando fizemos a contraposição através da divisão cronológica estabelecida na pesquisa. Nesse contexto, fica claro que essas modificações provavelmente ocorreriam, porém, em menor intensidade, não tivesse a região sofrido as intervenções "modernizantes", já citadas neste trabalho.

A partir das informações obtidas na pesquisa - questionário e entrevistas gravadas - constatamos que o perfil urbano de Marabá é hoje bastante criticado e rejeitado. A cidade planejada é vista como um espaço sem nenhuma ligação com o passado ou com a vivência de seus moradores; sem referências com a cidade velha, e mais ainda, com

remota possibilidade de que futuramente possa se tornar realmente uma cidade na acepção plena do termo.

Além dessas informações, os moradores, nas suas respostas, deixaram transparecer um alto grau de insatisfação quanto a ausência, na cidade, de equipamentos urbanos, atividades culturais e espaços de lazer, como as praças, por exemplo. Fato que denuncia a falta de preocupação com a manutenção de um nível de vida razoável para essa população.

Se é no saber do caboclo amazônida, nas soluções criativas para seu "habitat", que se deve basear qualquer proposta de espacialidade urbana para a região, os princípios urbanísticos reproduzidos sem nenhum critério para a realidade amazônica, podem se revelar falaciosos. Na conjugação dos saberes não deve haver a desqualificação do peculiar modo de viver do habitante, pois isso leva à não realização do "lugar planejado".

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, O. (1993). A ideologia do lugar público. In: ARANTES, O. (1993). *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, Studio Nobel/EDUSP, pp. 95-154.

ANDERSON, S. ed. (1981). *Calles: problemas de estructura y diseño*. Colección Arquitectura/Perspectivas, Barcelona, Gustavo Gili.

ANDRADE, C. R. M. de. (1991). *A peste e o plano - o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito*. Vol. I, Dissertação (Mestrado), São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo.

ARENDT, H. (1988). *A condição humana*. São Paulo, Forense Universitária.

ARGAN, G. C. (1992). *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Livraria Martins Fontes.

AUGÉ, M. (1994). *Não-lugares - introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo, Col. Travessia do Século, Papirus Editora.

- BACHELARD, G. (1988). *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes.
- BACHELARD, G. (1989). *A água e os sonhos - ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo, Martins Fontes.
- BECKER, B. K. (1990) *Amazônia*. São Paulo, Ática.
- BECKER, B. K.; MIRANDA, M. P. (1987). *O papel das cidades na ocupação da Amazônia*. Manaus, CEPAL/IPEA, exemplar mimeografado/versão preliminar.
- BENJAMIN, W. (1987). *Obras escolhidas I - magia e técnica, arte e política* São Paulo, Brasiliense, 3ª ed.
- BENJAMIM, W. (1994). *Obras escolhidas II - Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense, 4a. ed.
- BENJAMIM, W. (1994). *Obras escolhidas III - Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 3a. ed.
- BERMANN, M. (1986). *Tudo o que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

- BOSI, E. (1987). *Lembranças de velhos*. São Paulo, TAQ/EDUSP.
- BRAGA, E. F.; PONTES, M. (1992). *Marabá das muitas devoções: notas sobre a religiosidade popular e folclore marabaense*. Marabá/Pa, monografia, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Pará.
- BRAZ, A. (s. d.). *Esta terra*. Belém, Neográfica.
- BRIGGS, A. (1968). O conceito de lugar. In: *A humanização do meio ambiente*, Simpósio do Instituto Smithsonian, São Paulo, Cultrix, pp. 74-95.
- BRISSAC, N. (1988). Ver o invisível - a ética das imagens. in: NOVAES, A. org. *Ética*, São Paulo, Companhia das Letras.
- BUCK-MORSS, S. (1990). *O flâneur, o homem sanduíche e a prostituta: a política do perambular*. Revista Espaço e Debates, n. 29, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.
- CALVINO, I. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANEVACCI, M. (1993). *A cidade polifônica - ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo, Studio Nobel.

- CASTRO, E. M. R. (1989). A questão urbana na Amazônia. In: SEDUC/IDESP. *Estudos e problemas amazônicos: história social e temas especiais*. Belém, pp. 165 - 176.
- CEPASP. (1990). *Sudeste do Pará - um estudo de sua história*, V.1-Tucuruí e Carajás, Marabá.
- CEPASP. (1989). Pólo industrial de Marabá por dentro e por fora, Marabá, fev., 19pp.
- CHAVES, Nilson ; LIMA, Vital (s. d.). *Interior* (disco). Belém, Visom, 1 disco. 33rpm. stereo.
- CHAUÍ, M. (1993). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 5<sup>a</sup> ed.
- CIAMPONE, M. do C. (1975). Soluções usuais e projeto da habitação em Marabá. Trabalho de Graduação Interdisciplinar, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CIUCCI, et al. (s.d.). *La ciudad americana*. Barcelona, Gustavo Gili.
- COELHO, F. D. (1990). A construção de identidades territoriais e a história do lugar. In: Fernandes, A. & Gomes, M. A. de F.(org.) *Cidade & História modernização das*



- idades brasileiras nos séculos XIX e XX.* Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal da Bahia/ANPUR, Salvador.
- COUDREAU, H. (1980). *Viagem ao Itaboca e ao Itacaiúnas.* Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP.
- DE DECCA, E. (1991) *O estatuto da história.* In: Revista Espaço e Debates, n. 34, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.
- DURAND, G. (1988). *A imaginação simbólica.* São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- ECO, U. (1989). *Como se faz uma tese.* São Paulo, Perspectiva.
- EMMI, M. (1987). *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.* Coleção Igarapé, Belém, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
- FARAH, F. ; FARAH, M. F. S. (1993) *Vilas de mineração e barragens no Brasil: retrato de uma época.* São Paulo, SAMAIPT.
- FERRARA, L. D. (1991). *Imagem da cidade e representação urbana.* In: Revista Sinopses n. 16., São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo. dez., pp. 21-29.

FERRARA, L. D. (1993). *Olhar periférico*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 277pp.

FLEURY, J. DE O. (1984). *Amazônia: condicionantes de ocupação e assentamentos humanos*. São Paulo, Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FOUCAULT, M. (1992). *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal.

FOUCAULT, M. (1982). Entrevista ao antropólogo Paul Rabinow sobre arquitetura e seu papel na organização política e nas relações sociais. In: *Skyline* - março, trad. Benamy Tukienicz.

FOUCAULT, M. (1990). *As palavras e as coisas - uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes.

FRAMPTON, K. (1983). *Historia crítica de la arquitectura moderna*. Barcelona, Gustavo Gili.

FRAMPTON, K. (1990). Lugar, forma e identidade: para uma teoria del regionalismo crítico. In: TOCA, A. (Ed.). *Nueva arquitectura en America Latina: presente e futuro*. México, Gustavo Gili.

- FREIRE, J. D. (1988). *Por uma poética popular da arquitetura*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo.
- GOMES, R. C. (1994). *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GALANTAY, E. (1987). *Nuevas ciudades - de la antigüedad a nuestros dias*. Barcelona, Gustavo Gili.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp.
- GREGOTTI, V. (1975). *Território da arquitetura*, São Paulo, Perspectiva.
- GUATTARI, F. (1992). A restauração da cidade subjetiva In: *Caosmose - um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- GUTIÉRREZ, R. (1989). *Arquitetura latino-americana - textos para reflexão e polêmica*. São Paulo, Studio Nobel.
- HABERMAS, J. (1984). Estrutura do espaço público. In: *Mudança estrutural na esfera pública - investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

- HARDMAN, F. F. (1991). *Trem fantasma - modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HARVEY, D. (1992). *A experiência do espaço e do tempo*. in: *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HEBETTE, J.org. (1991). *O cerco está se fechando*. Belém, Vozes/FASE/Universidade Federal do Pará/Núcleo de altos Estudos Amazônicos.
- HEBETTE, J. (1989). O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense, In: CASTRO, E. (org.) *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém, Universidade Federal do Pará/Núcleo de altos Estudos amazônicos. pp. 07-40.
- HENRIQUE, W. (1989). *Só Deus sabe porquê*. Belém, Secretaria de Cultura/Governo do Pará.
- HOLSTON, J. (1993). *A cidade modernista - uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JORGE, L. A. (1993). *A sintaxe da janela*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo.

- KOSTOF, S. (1991). *The city shaped - urban patterns and meanings through history*. Canadá, Bulfinch Press Book. Little, Brown and Company.
- LAGENEST, H. D. B. (1958). *Marabá, terra do diamante e da castanha*. São Paulo, Anhambi.
- LAMPARELLI, C. M. (1990). Experiência brasileira em planejamento urbano. In: Revista *Síntese*. n. 13, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, maio, pp. 54-59.
- LANGER, S. (1988). *Sentimento e forma*. São Paulo, Col. Debates, Perspectiva.
- LOUREIRO, V. R. (1989). História social e econômica da Amazônia. In: SEDUC/IDESP. *Estudos e problemas amazônicos - história social e econômica e temas especiais*. Belém.
- LOUREIRO, J. de J. P. (1991). *O ser aberto*. Belém, CEJUP.
- \_\_\_\_\_. (1992). *O artesanato das águas*. Belém, CEJUP.
- MAGALHÃES, B. de A.; ANDRADE, R. F. (1989). *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

- MAGNANI, J. G. C. (1984). *Festa no pedaço - lazer e cultura popular na cidade*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINS, J. de S. (1983). *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- MATOS, O. (1994). *A cidade e a história viajante*. Revista Caramelo, n. 7, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo
- MAUÉS. R. H. (1991). "*Amazônias*": regional identity and national integration. Revista Ciência e Cultura, janeiro/fevereiro, vol. 43, pp. 26-31.
- MAX, M. (1988). *Cidades no Brasil, terra de quem?* São Paulo, Studio Nobel.
- MAZZA, M. L. G. et all. (s.d.). *Habitação popular - Marabá*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo.
- MAZZA, E. G. (1986). *Une ville nouvelle entre Cuiabá et Porto Velho*. Revista Urbanisme, juillet, p. 134-136, Paris.
- MEDEIROS, A. M. DE S. (1974). *Contribuição à morfologia do sítio de Marabá*. Belém, Instituto de Desenvolvimento e Estudos Sócio-Econômicos do Pará.

- MILET, V. (1992). *Imagens e representação simbólica do morar*. In: FERNANDES, A, & GOMES, M. A.. de F. *Cidade & história - modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ANPUR, Salvador, 303pp.
- MORRIS, A. E. J. (1986). *Historia de la forma urbana - desde su origen hasta a Revolución Industrial*. Barcelona, Gustavo Gili.
- MUNFORD, L. (1982). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes/UnB.
- MUNTAÑOLA, J. (1973). *La arquitectura como lugar - aspectos preliminares de una epistemología de la arquitectura*. Barcelona, Gustavo Gili.
- NETO, M. (1979). *O dilema da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- NETO, J. T. C. (1993). *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo, Col. Debates, Perspectiva, 3. ed.
- NOGUEIRA, S. P. (1994). *Núcleo urbano florestal: modelo arquetípico da cultura e do homem amazônico*. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo.

- NORBERG-SCHULZ, C. (1980). *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*, Londres, Academy Edicions.
- OLIVEIRA, A. E. de. (1983). Ocupação humana. In: SALATI, E. *Amazônia desenvolvimento, integração, ecologia*. Brasília, CNPQ/Brasiliense, pp.144- 237.
- OLIVEIRA, I. C. E. de. (1984). *Alta Floresta: uma história de muitas interpretações*. In: Cadernos Brasileiros de Arquitetura - Desenho Urbano II. São Paulo, Projeto.
- OLIVEIRA, I. C. E. de. (1989). *Parauapebas, Rio Verde e Carajás na Amazônia*. São Paulo, Revista Projeto, p. 109-114.
- PANERAI, P. (1986). *Formas urbanas de la manzana al bloque*. Barcelona, Coléccion Arquitectura/Perspectivas, Gustavo Gili.
- PARK, R. (s.d.). A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. In: PIERSON, D. *Estudos de ecologia humana*. São Paulo, Ed. Martins.
- PARK, R. (1967). The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. cap. I, pp. 01-46. In: PARK et al. *The city*. Chicago/EUA, Chicago Press.



- PEPONIS, J. (1989). *Espaço, cultura e desenho urbano - no modernismo tardio e além dele*. in: Ekistics, vol. 56, n.334-5, jan.-abr., pp. 93-108, trad. Frederico de Holanda.
- PEREGRINO, U. (1942). *Marabá: imagens do Tocantins e da Amazônia*. Rio de Janeiro. Cia. Editora Americana, pp. 27-29.
- PONTY, M. (1975). *A dúvida de Cézanne*. Os Pensadores, vol. XLI, São Paulo, Ed. Abril.
- QUIRINO, J. F. (1990). *Como cresce a cidade?* In: Revista USP. n. 25, março/ abril e maio, São Paulo, Universidade de São Paulo, pp.25-32.
- RAPOPORT, A. (1972). *Vivienda y cultura*. Barcelona, Gustavo Gili.
- RAPOPORT, A. (1982). *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona, Gustavo Gili.
- REVISTA ACRÓPOLE - *Núcleos habitacionais no Amapá* - v.27, n. 326, p. 17-23, São Paulo, março 1966 .
- REVISTA AMAZÔNIA - *Nascem as cidades amazônicas* - n. , p. 14-20, São Paulo, agosto 1978.

REVISTA CONSTRUÇÃO - Nova Marabá - primeira cidade amazônica planejada. Ano XXVII, n. 1368, 29/04/74, São Paulo, PINI.

ROSSI, A. (1971). *A arquitectura da cidade*. Lisboa, Cosmos.

ROWE, C. ; KOETTER, F. (1984). *Ciudad collage*. Barcelona, Gustavo Gili.

ROWE, C. (1978). *La arquitectura de la utopia*. In: *Arquitectura, manierismos y otros ensayos*. Barcelona, Gustavo Gili.

SAMPAIO, H. (1991). Forma urbana - "mythos" e "logos". In: *Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território*. Anais do Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, maio/1991, pp. 575-586.

SANTOS, C. N. F. dos; VOGEL, A. (1985). *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro, FINEP/IBAM.

SENNET, R. (1993). *O declínio do homem público - as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

SIMMEL, G. (1986). *Puente y puerta*. in: *El individuo y la libertad: ensayos de critica de la cultura*, Barcelona, Ediciones Peninsula.

- STAROBINSKY, J. (1994). *As chaminés e os campanários*. Revista Caramelo n. 7, São Paulo, FAUUSP.
- SUBIRATS, E. (1985). Regionalismo y cultura universal. In *Revista AV. Monografias de Arquitetura e Viviendas*. Regionalismo, Madri, pp.26/28.
- SUDAM e COLE, H. J. Colle e Assoc. (1986) *Política de desenvolvimento urbano na Amazônia*, Rio de Janeiro.
- SUDAM e H. J. Colle e Assoc. (1976). *Plano de Expansão Urbana de Marabá*. Belém.
- SZMRECSÁNYI, M. I. de F.org., ed. e trad. (1985). *Anais do encontro- Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano*. São Paulo, FAUUSP, 150pp.
- SZMRECSÁNYI, M. I. (1988). *A Escola Sociológica de Chicago: um balanço teórico metodológico*. In: Revista Sinopses, n. 11, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, São Paulo, dez., pp. 65-70.
- TAFURI, M. (1985). *Projeto e utopia*. Lisboa, Col. Dimensões, Editorial Presença.
- TOURINHO, H. L. Z. (1990). *Planejamento urbano em área de fronteira econômica - o caso de Marabá*. Dissertação (Mestrado), Belém, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

# QUESTIONÁRIO

## I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Sexo: \_\_\_\_\_

4. Estado civil: solteiro           casado           viúvo

5. Tempo de residência: \_\_\_\_\_

6. Origem: \_\_\_\_\_

7. Formação Escolar: \_\_\_\_\_

8. Renda: \_\_\_\_\_ 9. Emprego: \_\_\_\_\_

10. Com quem mora?  
    família           amigos           agregados           sozinho

11. Onde mora?  
    casa própria           alugada           invasão   
    outro  \_\_\_\_\_

## II. HABITAÇÃO/URBANO

1. Qual o tipo de casa que mora?

Madeira  Tijolo (adobe)  Taipa  Palha

Outros  \_\_\_\_\_

2. O que você gosta da casa onde mora?

quintal  aberturas (portas, janelas, etc.)

localização (prox. dos serviços)

outros  \_\_\_\_\_

3. Que tipo de casa gostaria de morar?

Madeira  Tijolo  Palha

Outros  \_\_\_\_\_

4. Você prefere casa com quintal?

sim  não

5. Como você utiliza o quintal?

como área de lazer  como área para serviços domésticos  não utiliza

outros  \_\_\_\_\_

6. Você prefere casa com calçada?

sim  não

por quê? \_\_\_\_\_

7. Como você utiliza a calçada?

para conversa com os vizinhos  sentar no final de tarde  somente para

circular  não utiliza  outros  \_\_\_\_\_

8. Onde gostaria de morar?

Núcleo Pioneiro       Cidade Nova       Nova Marabá   
 outros  \_\_\_\_\_

9. Se mora na nova Marabá, o que acha da cidade comparada com outros lugares que morou?

melhor       pior       mesma coisa

10. Quais os maiores problemas para morar na Nova Marabá?

distância da cidade velha       distância do rio   
 distância entre as folhas       falta de orientação   
 ruas muito largas   
 outros  \_\_\_\_\_

Para ex-moradores da velha

11. Porque você para a nova Marabá?

enchente     gosta mais da nova     não tinha casa própria na Velha   
 não gostava da Velha       outros  \_\_\_\_\_

12. O que você mais gosta na Velha Marabá?

da proximidade dos serviços (bancos, hospital, etc)   
 da proximidade da vizinhança       da proximidade do rio   
 das ruas (estreitas, asfaltadas, etc.)     outros  \_\_\_\_\_

### **III. SERVIÇOS URBANOS/ EDUCAÇÃO E SAÚDE**

1. Existem escolas suficientes na cidade?

sim       não

2. Existem hospitais ou postos de saúde suficientes?

sim

não

3. O sistema de transporte é eficiente?

sim

não

4. Existe áreas de lazer na cidade?

sim

não

existem, mas insuficientes

#### ***IV. HISTÓRIA MIGRATÓRIA/ DE TRABALHO, ESCOLAR***

1. Quando você chegou na cidade?

---

2. Como veio?(qual meio de transporte)

à pé

de ônibus

de caminhão

de barco

outros

3. De onde veio?

do campo

da cidade

4. Por que mudou?

vendeu suas terras

perdeu suas terras

procura de trabalho

5. Qual era sua ocupação anterior?

trabalhador informal       posseiro       garimpeiro       operário       nenhuma   
outros  \_\_\_\_\_

6. Qual sua ocupação agora?

trabalhador informal       garimpeiro       operário       nenhuma   
outra  \_\_\_\_\_

#### **V. PROJETOS PARA O FUTURO**

1. Você está satisfeito com sua situação agora?

sim       não

2. O que você pensa em fazer no futuro próximo?

mudar de trabalho       mudar de cidade   
voltar para o campo       parar de trabalhar   
criar os filhos   
outros  \_\_\_\_\_

#### **VI. PRESENÇA DO GOVERNO**

1. O que faz o governo (prefeitura) pela cidade?

nada       pouca coisa   
ajudam bastante   
em quê? \_\_\_\_\_